



giant moon C the sun down or was being lit by the moon

UMA LINHAGEM, DUAS CASAS: EM TORNO DOS ATAÍDES E DAS ORIGENS DAS CASAS DA ATOUGUIA E DA CASTANHEIRA (SÉCULOS XV-XVI)

Nuno Vila-Santa
CHAM – FCSH/Nova-UAç

Resumo

Partindo da conhecida ascensão de D. António de Ataíde, 1º conde da Castanheira e favorito de D. João III, este artigo pretende esclarecer o processo do nascimento da Casa da Castanheira buscando as suas origens no século XV, atentando em específico à evolução da Casa de origem da linhagem: a Casa de Atouguia. O artigo pretende também complementar a falta de estudos de Casas tituladas para os séculos XV e XVI.

Desta forma, estudam-se não apenas as origens da linhagem e as carreiras de Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1º conde de Atouguia, e de D. Martinho de Ataíde, 2º conde de Atouguia, mas engloba-se ainda a análise da evolução patrimonial, cortesã e matrimonial dos diferentes membros da Casa de Atouguia desde 1402 até 1498. Foca-se ainda a estratégia geral seguida por esta Casa no seu relacionamento com as diferentes Casas de nobreza titulada bem como a evolução do seu relacionamento com a Coroa em diferentes conjunturas.

Palavras-chave

Nobreza titulada, Linhagem, Ataídes, Corte, Casa da Atouguia, Casa da Castanheira

Abstract

Departing from the well-known ascension of D. António de Ataíde, 1st earl of Castanheira and King John III's favorite, this article intends to enlighten the birth process of the House of Castanheira, seeking its XV century origins. This goal is achieved by studying the evolution of the House that was the birthplace of the lineage: the House of Atouguia. This article also intends to contribute for the lack of studies of entitled noble houses in the XV and XVI centuries.

Thus, this article not only focuses the origins of the Ataídes and of the careers of Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1st earl of Atouguia and of D. Martinho de Ataíde, 2nd earl of Atouguia but also ensures an analysis on the patrimonial, courtesan and matrimonial evolution of the different members of the House of Atouguia from 1402 to 1498. Further attention is placed on the identification of the general strategy followed by this House in his relationship with other entitled houses as well as on the relationship with the Crown in several conjunctures.

Keywords

Entitled Nobility, Lineage, Ataídes, Court, House of Atouguia, House of Castanheira

Artigo recebido em: 16.09.2016 | Artigo aceite para publicação em: 26.01.2017

“É grā caza de Atouguia;
 e a que tem no Minho e Douro
 fez cousas dalta valia,
 venceram o grão Rei mouro;
 Luís Fernandes hoje em dia”
 (Quintanilha de D. João Ribeiro Gaio¹)

Introdução

A linhagem dos Ataídes, enquanto uma das mais antigas do Reino, deu origem, como é sabido, nos séculos XV e XVI, à fundação de duas Casas distintas. Por um lado, a Casa da Atouguia nascida na primeira metade de Quatrocentos e titulada em 1448, e por outro, a Casa da Castanheira nascida em processo de cisão com esta última a partir dos finais do século XV e titulada em 1532. A circunstância de na mesma linhagem coexistirem duas Casas tituladas não constitui motivo excepcional durante a dinastia de Avis por serem conhecidos outros casos semelhantes, de que o exemplo da linhagem dos Coutinhos é paradigmático². No entanto, apesar dos estudos realizados para as mais importantes casas quattrocentistas, no âmbito de duques e marqueses, sobretudo as de Bragança³ e de Vila Real⁴, permanecem ainda em falta estudos sobre as múltiplas casas condais. Nesta área, apesar das análises já realizadas para as Casas de Marialva⁵ e de Borba/Redondo⁶ e mesmo

Uma linhagem, duas Casas: em torno dos Ataídes e das origens das Casas da Atouguia e da Castanheira (séculos XV-XVI)

considerando trabalhos que não incidem directamente sobre o estudo das Casas mas que ao estudarem figuras destacadas destas acabam por tocar a história de diversas das casas condais⁷, escasseiam estudos de caso que permitam perceber quais os critérios a partir dos quais se hierarquizavam estas Casas entre si e também quais as mais salientes, em função dos diferentes reinados e conjunturas históricas.

Se alargarmos o escopo de análise ao século XVI e considerarmos também as titulações atribuídas por D. Manuel I, D. João III e D. Sebastião, compreende-se como alguns destes estudos têm tido renovado folgo não apenas nos trabalhos já realizados para as Casas de Bragança⁸, Marialva/Loulé (Coutinhos)⁹, Atouguia (Ataídes)¹⁰ e Castanheira (Ataídes)¹¹, mas também nos mais recentes trabalhos para as Casas de Vila Real (Noronha/Meneses)¹²

da casa em tempo do seu 1º conde.

⁷ É o caso dos variados trabalhos publicados em *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa, SHIP, 2000; *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimónia, 2000 e *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, CHAM/IICT, 2004.

⁸ Além de Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000, refiram-se os resultados do projecto em torno de D. Teodósio I, 5º duque de Bragança, cuja publicação em livro se aguarda.

⁹ Cf. Luís Filipe Oliveira, *Outro venturoso de finais do século XV: Francisco Coutinho, Conde de Marialva e Loulé*, separata a Alta Nobreza e Fundação do Estado da Índia, Lisboa, CHAM, 2004; Luís Filipe Oliveira, “O Arquivo dos condes de Marialva num inventário do século XVI”, in *Elites e Redes Clientelares: problemas metodológicos*, edição de F. Themudo Barata, Évora, 2001, pp. 221-261.

¹⁰ Cf. Nuno Vila-Santa, *Entre o Reino e o Império: a carreira político-militar de D. Luís de Ataíde 1516-1581*, Lisboa, ICS/Câmara Municipal de Peniche, 2015 onde se realiza o estudo desta Casa durante o século XVI.

¹¹ Cf. Maria Paula Coelho de Carvalho, *A ação ultramarina de D. António de Ataíde, 1º Conde da Castanheira*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001 onde se refere a estrutura patrimonial desta Casa.

¹² Cf. Carlos Manuel da Silva Moura, *A Casa senhorial dos Condes e Marqueses de Vila Real (Séculos XV-XVI)*,

¹ Cf. António Machado de Faria, *Armorial Lusitano*, Lisboa, Editorial Encyclopédia, 1961, p. 64.

² Relembre-se a coexistência simultânea da Casa de Marialva mais antiga e a partir da qual se verificou a ascensão da linhagem, com a Casa de Borba/Redondo, a partir da década de 1480, fundada por um membro da Casa de Marialva (Cf. Nota 6). O mesmo fenômeno se verifica, embora já no século XVI, na linhagem dos Noronhas/Meneses com a emergência da Casa de Linhares, a partir da Casa de Vila Real (Cf. Nota 12).

³ Cf. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1460)*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança, 1990.

⁴ Cf. Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Évora, Colibri/Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2004.

⁵ Cf. Luís Filipe Oliveira, *A Casa dos Coutinhos. Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimónia, 1999.

⁶ Cf. Maria Rosalina Bento Semião, *D. Vasco Coutinho, conde de Borba e capitão de Arzila*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002 onde é realizado o estudo



de Coimbra/Aveiro (Lencastres)¹³. No entanto, também para este século permanecem em falta estudos sobre Casas condais de preponderância cortesã saliente de que são exemplo as Casas de Vimioso (Portugal)¹⁴, de Odemira (Noronhas)¹⁵, de Portalegre (Silvas)¹⁶, de Sortelha (Silveiras)¹⁷, da Feira (Pereiras)¹⁸ ou

dissertação de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016.

¹³ Cristóvão da Mata tem em preparação uma dissertação de doutoramento na Universidade de Coimbra sobre esta Casa cujo título é *A Casa de Aveiro na constelação dos poderes senhoriais: estruturas de domínio e redes clientelares*.

¹⁴ Relembre-se a titulação de D. Francisco de Portugal, 1º conde de Vimioso, por D. Manuel I, o seu peso cultural na sua época e a sua rivalidade cortesã com D. António de Ataíde, 1º conde da Castanheira, a partir do exercício consecutivo do cargo de vedor da fazenda de D. Francisco e dos seus descendentes. Outro aspecto interessante a estudar nesta Casa é o seu alinhamento, em 1580, a favor das pretensões de D. António, Prior do Crato, apesar da parentesco estreito com a Casa de Bragança (Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *O Reinado de D. António, Prior do Crato*, vol. I, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1956, p. 97).

¹⁵ Apesar de nascida no século XV, esta Casa, tal como a Casa de Atouguia, também viu o seu título interrompido, o qual foi recuperado, em 1556, mercê da trajectória de D. Sancha de Noronha, mordomo-mor da rainha D. Catarina (Cf. D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portugueza*, tomo IX, Lisboa, Régia Oficina Sylviana, 1742, p. 569).

¹⁶ Desde o reinado de D. Manuel I ao de D. Henrique, cabendo destacar que a Casa foi herdada, em 1581, por D. Juan da Silva, embaixador de Filipe II e um dos mentores do Portugal filipino (Cf. Mafalda Soares da Cunha, «Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Católica», in *Las Redes del Imperio. Elites Sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*, org. Bartolomé Yun Casalilla. Madrid: Marcial Pons Historia/Universidad Pablo de Olavide, 2009, p. 218).

¹⁷ Mencione-se a falta de estudos sobre esta Casa com origem em D. Luís da Silveira e que, mesmo após o precoce falecimento deste e apesar das dificuldades subsequentes manteve capacidade de influência cortesã a ponto de D. Sebastião ter restaurado o título de 2º conde Sortelha em D. Diogo da Silveira.

¹⁸ Anote-se como esta Casa não viu o título não confirmado a nenhum dos seus titulares durante a dinastia de Avis, um facto que nem sempre se registou para outras Casas. Cf. Miguel Rodrigues Jasmins, Luís Filipe Oliveira, «Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na segunda dinastia», s.d., separata da *Revista Económica e Social*, 1988, p. 106. Esta casa foi já estudada até D. Manuel I por Ana Manuel Guerreiro, «Os condes da Feira

até de Casas que não alcançaram, com os Avis, o título condal, apesar das suas claras ambições nesse sentido, de que o exemplo da Casa dos barões do Alvito (Lobos)¹⁹ é elucidativo.

Tendo presente que a realidade historiográfica descrita para o século XVI se ancora primordialmente na falta de estudos para o período de nascimento das Casas de diversas linhagens, o qual na maioria dos casos se situa precisamente no século XV, propusemos a reedição deste estudo sobre a Casa de Atouguia no século XV, o qual já tinha sido realizado no âmbito da tese de doutoramento. Para tal concorreu não apenas a necessidade de responder à falta de estudos de Casas tituladas para o século XV, mas também o imperativo de aprofundar as origens quatrocentistas da conhecida ascensão, em tempo de D. João III, de D. António de Ataíde e da sua Casa da Castanheira.

Assim, este artigo, referindo as origens da linhagem dos Ataídes, estudará o processo de formação da Casa de Atouguia, detalhando todas as questões relacionadas com património, casamentos e trajectórias dos diferentes membros da Casa, dando especial destaque aos seus titulares. Após estudar o processo que desembocou na titulação de Álvaro Gonçalves de Ataíde como 1º conde de Atouguia, analisar-se-á a sua sucessão e a evolução da Casa em tempo de D. Martinho de Ataíde, 2º conde de Atouguia, bem como a origem do processo de autonomização da Casa da Castanheira²⁰.

Neste processo será relevante relembrar que os arquivos originais da Casa de Atouguia foram

na encruzilhada da expansão" in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, CHAM/IICT, 2004, pp. 191-198.

¹⁹ Esta Casa foi já estudada até ao período manuelino por Alexandra Pelúcia, "A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista" in *Idem*, pp. 529-545 e por António João Feio Valério, *Subsídios para o estudo dos Lobos da Silveira, senhores de Alvito (1383-1488)*, Alvito, Câmara Municipal, 1992.

²⁰ A posterior evolução da Casa de Atouguia até 1588 encontra-se disponível em Nuno Vila-Santa, *Op. Cit.*

directamente afectados pela extinção da Casa, ordenada por D. José I (1750-1777), no âmbito das conjuras dos marqueses de Távora e duques de Aveiro, então parentados com o 11º conde de Atouguia²¹. Tal acontecimento afectou directamente a documentação disponível para historiar a evolução da Casa de Atouguia nos séculos XV e XVI. Facto contrário registou-se relativamente à Casa da Castanheira. A documentação para esta no século XVI encontra-se disponível na Torre do Tombo no fundo relativo a esta Casa. Esta situação explica a razão de ao longo deste trabalho muitas das questões relacionadas com a Casa de Atouguia terem de ser necessariamente colocadas mais como hipóteses de trabalho do que como certezas. Ainda assim, a comparação com a evolução da Casa da Castanheira parecer-nos fortalecer os argumentos defendidos em relação à Casa de Atouguia.

1. Origens de uma linhagem (Século XII-1402)

Quando, no último quartel do século XVI, D. João Ribeiro Gaio²² escrevia os versos iniciais, com o intuito de elogiar a ascendência de D. Luís de Ataíde, nomeado por D. Sebastião como vice-rei da Índia em duas ocasiões distintas (1568-1571; 1578-1581), general indigitado para a expedição a Marrocos e 3º conde restaurado de Atouguia, em 1577, pretendia dessa forma captar a atenção para o facto da carreira de sucesso de D. Luís ter ficado a dever muito à Casa de onde este provinha. Na realidade, à data da sua escrita, a Casa da Atouguia e a linhagem dos Ataídes eram, de facto, conceituadas e antigas. Embora a Casa só tivesse nascido no século XV, a linhagem remontava ao período da fundação do Reino. Pela sua ligação à influente nobreza medieval

dos Riba-Douro²³, as armas dos Ataídes encontravam-se, desde o século XV, ligadas à tomada de Santarém²⁴, na qual teria participado Martim Viegas de Ataíde, filho de Egas Moniz, aio do monarca D. Afonso Henriques (r. 1128-1185). O apelido da linhagem derivava da torre e quinta de Ataíde, na freguesia de São Pedro de Ataíde, no actual conselho de Amarante²⁵, onde tinham recebido as primeiras doações.

A maior ligação dos Ataídes à corte régia registou-se posteriormente quando, nos reinados de D. Sancho II (r. 1223-1248) e de D. Afonso III (r. 1248-1279), o representante da linhagem foi nomeado mordomo-mor de ambos os monarcas, tendo a maioria dos Ataídes, no âmbito da guerra civil de 1245-1248, apoiado o partido do Bolonhês²⁶. Já durante o reinado de D. Afonso IV (r. 1325-1357), a influência da linhagem cresceu na sombra dos Teles, a ponto de, no reinado de D. Fernando (r. 1367-1383) serem protegidos da rainha D. Leonor Teles²⁷ (1350-1386) e estarem em condições de consolidar a sua ascensão social, a par com a linhagem dos Coutinhos²⁸.

Era então representante da linhagem Martim Gonçalves de Ataíde, quarto neto de Martim Viegas de Ataíde e figura destacada do reinado fernandino. Bisneto de Gonçalo Viegas que, em 1290, possuía a Quinta do Pinheiro, na

²¹ Assim o referem João Bernardo Galvão-Telles, Miguel Metelo de Seixas, “Em redor das armas dos Ataídes: problemática da “família heráldica” das bandas”, separata Armas e Troféus, IX série, Janeiro-Dezembro de 2008, p. 61, apesar da opinião contrária de D. Luiz Lencastre e Távora, *Dicionário das famílias portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1989, p. 85 e de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, “Os de Ataíde. De Santa Cruz do Tâmega à Corte Régia (Séculos XII a XV)”, separata Armas e Troféus, IX série, Janeiro-Dezembro de 2008, p. 32.

²² Cf. João Bernardo Galvão-Telles, Miguel Metelo de Seixas, “Em redor...”, p. 91.

²³ Cf. António Machado Faria, *Op. Cit.*, p. 64.

²⁴ Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, “Os de Ataíde...”, pp. 36-37.

²⁵ Cf. Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, s.l., Difel, 1995, p. 92-93.

²⁶ Cf. Mafalda Soares da Cunha, “A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade”, *Revista Portuguesa de História*, vol. XXXI-2, 1996, p. 224.

²¹ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006, pp. 108-133.

²² Bispo de Malaca entre 1578 e 1601, deverá ter conhecido D. Luís de Ataíde aquando do seu segundo governo asiático e sido um adepto da acção reformadora seguida pelo vice-rei, razão pela qual, em data não referida por António Machado de Faria (Cf. *Op. Cit.*), deverá ter composto a referida quintanilha.



referida freguesia de São Pedro de Ataíde²⁹ e rico-homem de D. Fernando foi, durante este reinado, senhor de Riba Cruz do Tâmega, Gouveia, Brunhais e Água Revez, por carta régia de 11 de Agosto de 1377³⁰. Partidário de Castela mesmo antes da crise de 1383-85, Martim Gonçalves fora ao reino vizinho, em 1392, com o conde D. João Fernandes Andeiro, que aliás costumava acompanhar³¹, para negociar o polémico enlace da infanta D. Beatriz (v. 1373-1412) com o monarca João I (r. 1358-1390)³². O seu casamento com Mécia Vasques Coutinho fora orquestrado pela rainha D. Leonor Teles³³. Como dote de casamento, Martim Gonçalves recebera a relevante alcaidaria-mor de Chaves³⁴.

Quando, em finais de 1383, se iniciaram as hostilidades entre o mestre de Avis e o monarca castelhano, Ataíde começou por acompanhar a rainha D. Leonor Teles para Alenquer³⁵, sendo por esta nomeado para defender a vila³⁶. Aquando do encontro entre a rainha e João I de Castela, e receando que aquela pudesse ser presa pelo genro, com o objectivo de este alcançar o juramento das terras que tinham dado voz pela rainha, Martim Gonçalves foi de opinião que o encontro não deveria realizar-se³⁷. No entanto, em Janeiro de 1384, beijou a mão ao soberano castelhano e foi confirmado como alcaide-mor de Chaves, cuja defesa e a de Trás-os-Montes, como lugar-tenente, lhe foi confiada³⁸. Apenas abandonou a praça para sitiá-lo Porto, sem sucesso³⁹.

²⁹ Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, Lisboa, INCAM, 1973, p. 80.

³⁰ Cf. Affonso de Dornellas, *História e Genealogia*, vol. I, Lisboa, Livraria Ferin, 1914, p. 114.

³¹ Cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio, vol. I, Barcelos, Livraria Civilização, 1990, cap. VIII.

³² Cf. Rita Costa Gomes, *D. Fernando*, s.d., Círculo de Leitores, 2005, pp. 167 e seguintes.

³³ Cf. Luís Filipe Oliveira, *A Casa...*, p. 35.

³⁴ Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Op. Cit.*, vol. I, pp. 76-77.

³⁵ Cf. Fernão Lopes, *Op. Cit.*, vol. I, cap. XVI.

³⁶ Cf. *Ibidem*, cap. XXX.

³⁷ Cf. *Ibidem*, cap. LXIV.

³⁸ Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Op. Cit.*, vol. I, p. 77.

³⁹ Acompanhado do arcebispo de Santiago. Cf. Fernão Lopes, *Op. Cit.*, vol. I, cap. CXVII.

Mesmo após a batalha de Aljubarrota, em 1385, e com a crescente rendição de vilas a D. João I (r. 1385-1433), Ataíde recusava-se a entregar a cidade⁴⁰. Conhecendo bem a figura de Martim Gonçalves e reconhecendo também a sua importância política, social e militar, enquanto partidário de Castela, D. João I decidiu sitiá-lo Chaves apenas quando teve confirmação do sucesso das investidas em Castela e dos apoios de Martim Vasques da Cunha e de Gonçalo Vasques Coutinho⁴¹. O difícil cerco iniciou-se em Janeiro de 1386, já após Ataíde se ter recusado a abandonar a cidade com promessa de mercês de D. João I⁴². Sabendo o monarca que o cerco corria o risco de prolongar-se, por a cidade estar bem apetrechada e devido aos apoios que Martim Gonçalves recebia da Galiza e de Bragança, decidiu chamar o condestável D. Nuno Álvares Pereira⁴³.

Apenas sob a eminência do desembarque do duque de Lancaster em Castela⁴⁴ e a chegada dos reforços de D. Nuno Álvares, Ataíde se decidiu a propor a rendição dentro de quarenta dias, caso João I de Castela a autorizasse. Perante grande contestação, e sobretudo face ao boato de que o monarca castelhano viria pessoalmente em auxílio de Ataíde, D. João I aceitou o pedido de Martim Gonçalves⁴⁵. Esta aceitação ficou a dever-se não só ao receio de que o monarca castelhano, em Valhadolide, atacasse a qualquer momento dado o facto de ter solicitado o apoio francês e do antipapa Clemente VII⁴⁶ (r. 1371-1394), mas igualmente devido ao parentesco da esposa de Ataíde. Na verdade, Mécia Vasques Coutinho era irmã de Gonçalo Vasques Coutinho, apoiante da

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, vol. II, cap. LX.

⁴¹ Cf. *Ibidem*, cap. LXII.

⁴² Cf. *Ibidem*, cap. LXIII.

⁴³ Cf. *Ibidem*, cap. LXIV.

⁴⁴ O qual reclamava, no âmbito da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), que opunha a França à Inglaterra, direitos dinásticos ao trono castelhano e tinha sido convencido a desembarcar em Castela, mediante diversas pressões e negociações com D. João I, o que sucedeu em Julho de 1386. Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I o que re-colheu Boa Memória*, s.d., Círculo de Leitores, 2005, p. 97 e anteriores.

⁴⁵ Cf. Fernão Lopes, *Op. Cit.*, vol. II, cap. LXV.

⁴⁶ Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *Op. Cit.*, p. 92.

realeza de D. João I, desde que este era mestre de Avis, combatente em Aljubarrota e figura, naqueles anos, em processo de ascensão político-militar, que o levaria a alcançar a prestigiante nomeação de marechal do Reino, em 1397⁴⁷. Tendo Mécia Vasques e seus filhos acompanhado o marido durante o cerco, em atenção ao seu parentesco e por provável intercessão de Gonçalo Vasques Coutinho, D. João I já lhe concedera o privilégio de um cântaro de água por dia⁴⁸. Na altura, muito provavelmente Álvaro Gonçalves de Ataíde, primogénito do casal, deverá ter sido o filho escolhido como penhor entregue a D. João I, aquando da negociação da rendição.

Perante a autorização do monarca castelhano, que lhe agradeceu os serviços e lhe prometeu mercês do lado de lá da fronteira, Martim Gonçalves de Ataíde entregou Chaves⁴⁹. Tendo partido para Castela com a esposa e seus filhos, os seus bens foram entregues a Gonçalo Vasques Coutinho⁵⁰, com exceção da cidade de Chaves, a qual foi doada a D. Nuno Álvares Pereira⁵¹, integrando futuramente o património da Casa de Bragança. Martim Gonçalves deverá ter vivido até 1392, pois ainda matou um português com uma lança em Villalobos⁵², aquando da incursão portuguesa em Castela.

Provavelmente a propósito do seu falecimento e ainda durante a invasão portuguesa a Castela⁵³, é possível, contudo, que D. João I tenha decidido autorizar o regresso a Portugal de Mécia Vasques Coutinho e dos seus filhos e criados. Por intercessão de Gonçalo Vasques Coutinho e de Beatriz Gonçalves de Moura, que devia servir na Casa da rainha D. Filipa (r. 1387-1415) desde o seu casamento com D. João I⁵⁴, Mécia Vasques regressou com os seus descendentes: Álvaro Gonçalves de

⁴⁷ Cf. *Ibidem*, p. 60; João Paulo Oliveira e Costa, *Henrique, o Infante*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, p. 40.

⁴⁸ Cf. Fernão Lopes, *Op. Cit.*, vol. II, cap. LXIII.

⁴⁹ Cf. *Ibidem*, cap. LXVIII.

⁵⁰ Cf. Luís Filipe Oliveira, *Op. Cit.*, p. 37.

⁵¹ Cf. Fernão Lopes, *Op. Cit.*, vol. II, cap. CVII.

⁵² Cf. *Ibidem*, cap. CVII.

⁵³ Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *Op. Cit.*, pp. 97-103.

⁵⁴ Visto ser aia da rainha (Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *Op. Cit.*, p. 143).

Ataíde, Vasco Fernandes de Ataíde, D. Isabel de Ataíde, D. Helena de Ataíde, D. Filipa de Ataíde e D. Catarina de Ataíde⁵⁵. Ainda antes do seu regresso, recebeu do rei e da rainha os bens que tinham pertencido ao marido⁵⁶ e a quinta de Randufe, no termo de Chaves, pelo serviço de “criar nossos filhos”⁵⁷. Estes bens, à data incerta da sua morte, devem ter revertido para os Coutinhos por não existir referência deles na Casa de Atouguia. Tendo sido nomeada aia dos quatro primeiros infantes (D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique e D. Isabel), em data desconhecida⁵⁸, Mécia Vasques teve ocasião não só de reforçar os serviços da linhagem dos Coutinhos, mas também de reabilitar e relançar a linhagem dos Ataídes por ser mãe do representante da linhagem: Álvaro Gonçalves de Ataíde.

2. Álvaro Gonçalves de Ataíde e o nascimento da Casa de Atouguia (1402-1452)

A decisão joanina de aceitar o retorno de Mécia Vasques e dos seus descendentes inseriu-se na sua política nobiliárquica de continuidade de serviço e de influência das principais linhagens do reinado fernandino, alterando-se apenas o seu peso correlativo⁵⁹. São conhecidos vários outros casos de reabilitação política e social, sendo o mais destacado o de D. Pedro de Meneses, 1º capitão de Ceuta e fundador

⁵⁵ Cf. Genealogia 1: Ascendência e Descendência dos Ataíde nos séculos XIV e XV, na qual se exclui a análise do ramo de Nuno Gonçalves de Ataíde, senhor de Gaião, e irmão de Martim Gonçalves de Ataíde, cuja descendência no século XVI viria a recair no conhecido capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde. Sobre esta figura e a sua ascendência veja-se o estudo de André Teixeira, “Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedo, capitão de Safim” in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimónia, 2000, pp. 159-207.

⁵⁶ Cf. Arquivo Nacional Torre do Tombo [ANTT], *Chancelaria de D. João I [CDII]*, livro 2, fl. 148, Viseu, 23.IX.1389 – PUB. *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, tomo 3, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, doc. 535,

⁵⁷ Cf. ANTT, *CDII*, livro 2, fl. 180, Porto, 16.X.1386 – PUB. *Ibidem*, tomo 3, doc. 1455, p. 218.

⁵⁸ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *Op. Cit.*, p. 40.

⁵⁹ Cf. Mafalda Soares da Cunha, “A nobreza portuguesa...”, p. 227.



da Casa de Vila Real⁶⁰. Sempre próxima de D. Filipa de Lencastre, a ponto de com ela chorar quando se soube da intenção de D. João I de ir a Ceuta⁶¹, Mécia Vasques terá acompanhado os momentos finais da rainha, a qual não deixou de pedir ao infante D. Duarte (v. 1391-1438), herdeiro da Coroa, que se lembrasse dos serviços de Mécia Vasques e dos de Beatriz Gonçalves de Moura. Ao pedido da rainha terá o infante respondido que “lhe tinha muito em mercê de lhe leixar tal encomenda, a qual ele cumpriria o melhor que pudesse”⁶². Após o falecimento da rainha D. Filipa, Mécia Vasques ingressou no serviço da infanta D. Isabel (v. 1397-1471)⁶³.

Fora provavelmente nos finais da década de 1390 que Mécia Vasques Coutinho, mercê da sua influência, conseguira colocar diversos filhos no serviço da corte. Assim, é sabido que Álvaro Gonçalves de Ataíde era governador da Casa do infante D. Pedro (v. 1392-1449) desde, pelo menos, 1402⁶⁴. Existe também referência de que Vasco Fernandes de Ataíde era governador da Casa do infante D. Henrique (v. 1394-1460) por ocasião da conquista de Ceuta, em 1415⁶⁵. Quanto a D. Filipa de Ataíde, deverá ter sido colocada como dama da rainha D. Filipa⁶⁶, provavelmente aquando do regresso da mãe.

Foi sobretudo através do serviço dos infantes D. Pedro e D. Henrique que a ascensão dos membros da Casa foi concretizada nos anos seguintes. Álvaro Gonçalves e Vasco Fernandes participaram na conquista de Ceuta⁶⁷. Este último, capitão da sexta galé que partira do Porto⁶⁸, foi o único fidalgo a falecer na investida,

⁶⁰ Cf. Nuno Silva Campos, *Op. Cit.*

⁶¹ Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, introdução e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992, cap. XXXVIII.

⁶² Cf. *Ibidem*, cap. XLII, p. 156.

⁶³ Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *Op. Cit.*, p. 143.

⁶⁴ Com 8300 libras de moradia. Cf. *Monumenta Henricina [MH]*, edição da Comissão Executiva do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, vol. I, Coimbra, 1960, doc. 122.

⁶⁵ Cf. Gomes Eanes Zurara, *Crónica da tomada...*, cap. L.

⁶⁶ Com 1200 libras de moradia. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Op. Cit.*, vol. I, p. 84.

⁶⁷ Cf. Gomes Eanes Zurara, *Crónica da tomada...*, cap. L.

⁶⁸ Cf. Abel dos Santos Cruz, *A nobreza portuguesa*

quando procurava encontrar D. Henrique⁶⁹, sendo bem conhecida a sua forte ligação àquele infante⁷⁰. Todavia, a relevância do falecimento do secundogénito da Casa não reunia ainda as condições para ser politicamente capitalizada, dado Álvaro Gonçalves não ser à data casado nem ter, no seu *cursus honorum*, serviços de relevo comparável aos que prestou, nos anos seguintes, ao infante D. Pedro e a D. João I.

Só nesta mesma lógica se pode entender a sua nomeação, em 1416, para representar Portugal no Concílio de Constança⁷¹, conjuntamente com D. Fernando de Castro⁷², o fidalgo escolhido para substituir Vasco Fernandes de Ataíde à frente da Casa do infante D. Henrique e, também ele, descendente de uma linhagem, os Castros, que carecia de se reabilitar através do serviço à Coroa. Originalmente secundogénito, acabou por herdar a Casa de seu pai, D. Pedro de Castro, senhor do Cadaval, por falecimento prematuro do seu irmão primogénito. Considera-se que a sua nomeação para a Casa do infante D. Henrique ficou a dever-se à influência de Mécia Vasques Coutinho e de Gonçalo Vasques Coutinho, sobretudo tendo em conta a própria indigitação de Álvaro Gonçalves de Ataíde para a Casa do infante D. Pedro⁷³. A ligação então estabelecida entre os dois fidalgos, além de demonstrar como não existia uma associação unívoca entre linhagens e serviço dos infantes⁷⁴, parece ter configurado o estabelecimento de uma relação pessoal forte entre ambos e o início da estreita aliança entre ambas as linhagens, com consequências profícias nos anos seguintes.

Por ocasião da partida para Constança, o infante D. Pedro solicitou ao seu governador que lhe

em Marrocos no século XV (1415-1464), dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p. 68.

⁶⁹ Cf. Gomes Eanes Zurara, *Crónica da tomada...*, caps. LXIII e LXXXIV.

⁷⁰ Tendo chegado a viver com o infante D. Henrique. Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *Op. Cit.*, p. 77.

⁷¹ Cf. Carta de D. João I ao rei de Aragão, Estremoz, 21.I.1416 – PUB. *MH*, vol. II, doc. 114 na qual o rei noticiaava a sua nomeação.

⁷² Cf. Damião Peres, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967, p. 467.

⁷³ Cf. *Ibidem*, p. 77.

⁷⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 77-78.

encontrasse uma esposa. No entanto, Ataíde não foi capaz de encontrar a desejada noiva⁷⁵. No seguimento do encerramento do Concílio, em 1418, Ataíde não só apoiou a ideia do seu tio Gonçalo Vasques Coutinho de promover Luís Coutinho ao bispado de Coimbra⁷⁶, como recebeu, em nome do infante D. Pedro, a marca de Treviso⁷⁷, na Hungria, ficando o fidalgo como administrador da mesma. Esta fora doada ao infante por Sigismundo (v. 1368-1437), rei da Hungria e Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, de quem Álvaro Gonçalves fora companheiro de armas na Bósnia⁷⁸. Em seguida, Ataíde rumou em peregrinação à Terra Santa⁷⁹. De regresso ao Reino e após ter participado no socorro a Ceuta em 1419⁸⁰, poderá ter influenciado o infante D. Pedro a partir no seu péríodo europeu⁸¹, ficando em dúvida se teria ou não partido com o infante, então desapontado com a sua falta de espaço político⁸². Este aspecto em particular e a possibilidade de envolvimento de Álvaro Gonçalves de Ataíde na referida viagem carece ainda de aprofundamento no quadro dos estudos sobre o infante D. Pedro⁸³.

⁷⁵ Por carta de 8 de Janeiro de 1417, escrita em Arraiolos, e dirigida ao fidalgo. Cf. Francis M. Rogers, *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, Cambridge, Harvard University Press, 1961, p. 13.

⁷⁶ Cf. Luís Filipe Oliveira, *Op. Cit.*, pp. 63-64.

⁷⁷ Cf. MH, vol. II, doc. 139.

⁷⁸ Como é relembrado no epitáfio da sepultura de Álvaro Gonçalves de Ataíde publicado em Luís Filipe Matança da Costa Monteiro Pontes, *Do mundo da corte ao mundo da memória: subsídios para o estudo da mentalidade cavaleiresca da nobreza portuguesa, 1400-1521*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008, p. 160.

⁷⁹ Cf. Francis M. Rogers *Op. Cit.*, p. 24.

⁸⁰ Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Op. Cit.*, vol. I, p. 81.

⁸¹ Cf. Margarida Sérvalo Correia, *As Viagens do Infante D. Pedro*, Lisboa, Gradiva, 2000, pp. 44-45.

⁸² Devido ao facto da preferência joanina pelo infante D. Henrique se ter revelado claramente em 1416 (Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *Op. Cit.*, p. 117).

⁸³ Ainda está por realizar, sobretudo na sequência da publicação da biografia do infante D. Henrique, de João Paulo Oliveira e Costa, a biografia deste infante. Esta importante lacuna historiográfica foi já notada por Humberto Baquero Moreno em 1997 (Cf. Humberto Baquero Moreno, *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra – Itinerários e Ensaios Históricos*, Porto, Universidade Portucalense, 1997, p. 7).

A ideia de que terá acompanhado o infante D. Pedro na sua viagem pela Europa torna-se ainda mais crível, tendo em conta que Álvaro Gonçalves só resurge em 1428 como testemunha dos casamentos aprazados do infante D. Pedro com D. Isabel de Aragão⁸⁴, condessa de Urgel (v. 1409-1443), e do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor de Aragão (v. ?-1445)⁸⁵. Em 1429, foi enviado a Castela por D. João I, conjuntamente com Nuno Martins da Silveira, para conciliar o monarca castelhano com os reis de Navarra e de Aragão e os infantes D. Pedro e D. Henrique⁸⁶, sendo mencionado que já então era homem “de quien el Rey de Portugal mucho fiaba”⁸⁷. Ainda nessa sequência, veio a ser testemunha pelo infante D. Pedro da paz de Segura de 1432⁸⁸, a qual selava definitivamente quase cinquenta anos de guerra entre Portugal e Castela.

Durante aqueles anos, Álvaro Gonçalves ganhara não apenas a consideração do infante D. Pedro, mas também o respeito de D. João I, como as nomeações mencionadas e as primeiras doações e privilégios concedidos à sua Casa confirmam. Importa realçar que a maioria das doações e privilégios foram concedidos a partir dos bens da Casa de Coimbra, dirigida pelo infante e duque D. Pedro, sendo muitas delas sujeitas a confirmações posteriores. Malogradaamente, não se conhecem diversos originais, quer na Chancelaria de D. João I⁸⁹, quer nas Confirmações da Casa de Atouguia⁹⁰.

Entre as iniciais doações joaninas conhecidas contam-se: o privilégio para ter em Monforte de Rio Livre, antiga freguesia do arcebispado

⁸⁴ Cf. MH, vol. III, doc. 121.

⁸⁵ Cf. MH, vol. III, docs. 128 e 129.

⁸⁶ Cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1979-1980, p. 721.

⁸⁷ Cf. MH, vol. III, doc. 146, p. 309.

⁸⁸ Cf. MH, vol. IV, doc. 43.

⁸⁹ É possível que entre os documentos perdidos ao longo do tempo na Chancelaria de D. João I se encontrassem algumas das doações originais à Casa.

⁹⁰ Pedidas por Simão da Cunha de Ataíde a D. Filipe III, em 1621, a propósito de uma disputa de bens entre a Casa de Atouguia e a Casa de Povolide. Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, maço 21, doc. 5.



de Braga e no actual concelho de Chaves⁹¹, um couto de homiziados⁹², a doação de Cernache, no termo de Coimbra, e dos casais de Chança e Carvalhal, no termo de Penela⁹³, a carta de privilégio a seus amos e caseiros⁹⁴, a carta de coutada à mata da Azenha⁹⁵ e à Quinta da Foz⁹⁶, ambas no termo de Benavente. Nesta primeira fase, as doações e privilégios incidiram, assim, na região em torno de Coimbra, sede do ducado do infante D. Pedro, nos privilégios concedidos na região de Trás-os-Montes, e em pequenas doações no Ribatejo.

Se bem que, através da sua carreira de serviço, Álvaro Gonçalves de Ataíde tenha conseguido limpar a mácula política de seu pai, e tivesse já alcançado um estatuto destacado na corte joanina, no final do reinado, devido à ligação da sua linhagem com os Castros e os Meneses⁹⁷, ainda lhe faltava um elemento fundamental para consumar a plena restauração política e social que, por exemplo, D. Pedro de Meneses, alcançou precisamente no final do período joanino⁹⁸. Referimo-nos ao seu enlace e ao das suas irmãs, uma vez que, como é sabido, o cumular das trajectórias políticas de ascensão só tinha expressão social através de bons casamentos⁹⁹. Tal significa que a Álvaro

⁹¹ Cf. Augusto Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. V, Braga, Barbosa & Xavier, 2006, p. 407.

⁹² Cf. ANTT, *CDJI*, livro 4, fl. 12v, s.l., 10.X.1420. O privilégio foi concedido por D. João I, embora a doação de Monforte de Rio Livre só se tenha efectivado já no reinado de D. Duarte, adiante referenciado.

⁹³ Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V [CDAV]*, livro 20, fl. 4, s.l., 15.VI.1425. Trata-se de uma doação retirada dos bens da Casa do infante D. Pedro, desconhecendo-se o documento e data original da doação de Cernache e dos casais de Chança e Carvalhal. Esta doação incluía casas em Alvalázere e em Albergaria-a-Velha, bem como a concessão do padroado da Igreja de Cernache.

⁹⁴ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 25, fl. 3, s.l., 24.X.1425. Privilégio concedido por D. João I.

⁹⁵ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 11, fl. 100v., s.l., 20.X.1430. Não se conhece o documento original de doação.

⁹⁶ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 18, fl. 12, s.l., 2.VII.1431. É desconhecido o documento de doação original.

⁹⁷ Cf. Mafalda Soares da Cunha, "A nobreza portuguesa...", pp. 231 e 236.

⁹⁸ Com a concessão, por parte de D. João I, do título de 1º conde de Vila Real, em 1424.

⁹⁹ Cf. Ricardo Cordoba de la Llave, Isabel Beceira Pita, *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana. Siglos XII-XV*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, p. 122 e seguintes.

Gonçalves, a despeito da sua carreira e da configuração de um importante senhorio, ambas a apontar para a titulação, faltava encontrar matrimónios que correspondessem ao estatuto político adquirido.

O breve reinado de D. Duarte (r. 1433-1438) não foi, todavia, propício a uma rápida ascensão. Ataíde não participou na expedição de Tânger de 1437¹⁰⁰, na qual os partidários do infante D. Pedro primaram pela ausência. Nem mesmo a participação dos Castros e Coutinhos, seus familiares, associados à clientela do infante D. Henrique¹⁰¹, o fez integrar o contingente. Ainda antes da partida da expedição, foi por Álvaro Gonçalves que D. Duarte tomou conhecimento dos preparativos do infante D. Pedro no sentido de nela participar¹⁰², vindo a impor-lhe a sua não participação na jornada¹⁰³. Além disso, o monarca opôs-se à intenção de Ataíde e de D. Guiomar de Castro, sua futura esposa, de ver nomeada a irmã desta, D. Isabel de Castro, como abadessa de Arouca¹⁰⁴. No entanto, após confirmar as doações joaninas¹⁰⁵, foi D. Duarte quem fez a Álvaro Gonçalves a importante doação dos castelos e vilas de Monforte de Rio Livre e de Vinhais e das terras de Vilar Seco de Lomba e de Vale de Paçó¹⁰⁶, estas três últimas no actual distrito de Bragança¹⁰⁷, a qual configurou a formação da componente transmontana do património da Casa.

¹⁰⁰ Cf. Rui de Pina, *Crónica do rei D. Duarte*, edição de António Borges Coelho, Lisboa, Editorial Presença, 1966, cap. XV.

¹⁰¹ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *Op. Cit.*, p. 227.

¹⁰² Cf. Carta de Álvaro Gonçalves de Ataíde a D. Gomes, Porto, 7.V.1435 – PUB. MH, vol. IV, doc. 22.

¹⁰³ Cf. Luís Miguel Duarte, *D. Duarte requiem por um rei triste*, s.d., Círculo de Leitores, 2005, p. 247.

¹⁰⁴ Pois defendia a nomeação de D. Beatriz de Vilhena. Cf. Carta de D. Duarte a D. Gomes, Lisboa, 27.VII.1437 – PUB. MH, vol. IV, doc. 56.

¹⁰⁵ De Cernache e dos casais de Chança e Carvalhal (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 34, fl. 104v., s.l., 3.XII.1433), das cartas de coutada à mata da Azenha (Cf. *Idem*, livro 11, fl. 100v., s.l., 1.III.1433) e à Quinta da Foz (Cf. *Idem*, livro 18, fl. 12, s.l., 28.VI.1438) e dos privilégios a seus amos e caseiros (Cf. *Idem*, livro 25, fl. 3).

¹⁰⁶ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 9, fl. 85v, s.l., 4.XII.1433.

¹⁰⁷ Cf. Abade de Baçal, *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, tomo VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto dos Museus, 2000, p. 30.

Deverá ter sido pouco depois do falecimento de D. Duarte, em 1438, que Álvaro Gonçalves, após acompanhar a saída do infante D. Pedro de Coimbra¹⁰⁸ a fim de participar nas Cortes de Torres Novas de 1438, nas quais prestou juramento¹⁰⁹, concretizou o seu enlace com D. Guiomar de Castro. Já desde o tempo de D. João I se dizia que o fidalgo estava apaixonado por D. Guiomar e que inclusivamente jogara aos dados com o seu falecido irmão Vasco Fernandes para saber quem casaria com ela¹¹⁰. A concretização do enlace, que aparentemente já fora proposto pelo infante D. Pedro a D. João I e à rainha D. Filipa¹¹¹, realizou-se com o devido aval régio, confirmado por documento de chancelaria¹¹², em finais de 1438.

Esta união não deverá, contudo, ser desligada do consórcio da irmã de Álvaro Gonçalves, D. Isabel de Ataíde, com D. Fernando de Castro, o qual julgamos deverá ter ocorrido nesta altura também, visto D. Guiomar ser irmã de D. Fernando de Castro. Tendo já sido anotado o conhecimento e semelhança de perfil pessoal e cortesão entre ambos, é notório que o duplo enlace endogâmico procurava consolidar a ascensão política das duas linhagens, reforçando socialmente uma aliança política anterior. Dessa aliança seriam, assim, esperadas novas benesses como uma possível titulação de ambas as Casas.

Da união entre Álvaro Gonçalves e D. Guiomar nasceram¹¹³: D. Martinho de Ataíde, D. João de Ataíde, D. Vasco de Ataíde, D. Álvaro de Ataíde,

Uma linhagem, duas Casas: em torno dos Ataídes e das origens das Casas da Atouguia e da Castanheira (séculos XV-XVI)

D. Joana de Castro, D. Filipa de Castro, D. Mécia de Castro e D. Leonor de Meneses. Em data incerta, teve Álvaro Gonçalves ainda D. Pedro de Ataíde, abade de Penalva, e Gil Vasques¹¹⁴.

Desta fase deve também datar o casamento de D. Helena de Ataíde com D. Pedro Vaz da Cunha, senhor de Angeja, cuja descendência viria a estar associada a D. Lopo de Albuquerque, titulado por D. Afonso V, em 1475, como 1º conde de Penamacor. Igualmente daquele momento datará o consórcio de D. Filipa de Ataíde que, como mencionado, fora dama da rainha D. Filipa, com Gonçalo Anes Chichorro, 3º senhor de Mortágua, cuja descendência estaria associada a D. Sancho de Noronha, também titulado pelo *Africano*, em 1446, como 1º conde de Odemira. Apenas da irmã mais nova de Álvaro Gonçalves, D. Catarina de Ataíde, se desconhece o percurso sem geração.

A ocorrência destes enlaces no contexto do precoce falecimento de D. Duarte e das tensões políticas a propósito da co-regência do Reino, entre o infante D. Pedro e a rainha D. Leonor¹¹⁵, visava conferir estabilidade à Casa e garantir apoios políticos face à luta política seguinte. Nessa mesma lógica se pode compreender que tendo D. Duarte escolhido Nuno Martins da Silveira e a sua esposa para os cargos de aios do príncipe D. Afonso e da infanta D. Leonor¹¹⁶, tenha sido por decisão das Cortes de Lisboa de 1439 que ambos foram afastados dos cargos em prol de Álvaro Gonçalves e D. Guiomar¹¹⁷.

Na qualidade de conselheiro do período da co-regência¹¹⁸, Ataíde foi mandatado pelo infante D. Pedro para informar a rainha D. Leonor da deliberação das Cortes pela qual esta era constrangida a entregar D. Afonso

¹⁰⁸ Cf. Rui de Pina, *Chronica de D. Afonso V*, vol. I, edição de G. Pereira, Lisboa, Escriptorio, 1901, cap. CLV; Gaspar Dias Landim, *O Infante D. Pedro. Chronica Inedita*, vol. I, edição de Luciano Cordeiro, Lisboa, Bibliotheca de Clássicos Portuguezes, 1892, cap. XXIX.

¹⁰⁹ Para jurar rei D. Afonso V. Cf. *MH*, vol. IV, doc. 96.

¹¹⁰ Cf. *Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759*, edição de Luiz de Bivar Guerra, Lisboa, Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954, p. 278.

¹¹¹ Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, Maço 21, doc. 5.

¹¹² Para a primeira carta de confirmação de casamento de D. Guiomar veja-se: ANTT, *CDAV*, livro 34, fl. 74, s.l., 1.X.1438. Já para a segunda e definitiva carta de contrato de casamento de Álvaro Gonçalves veja-se *Idem*, livro 18, fl. 44, s.l., 24.I.1439.

¹¹³ Cf. Genealogia 2: Descendência de D. Álvaro de Ataíde, 1º conde de Atouguia (Século XV).

¹¹⁴ Fora do casamento. Para Gil Vasques apenas se conhece a carta régia, na qual surge identificado como filho de Álvaro Gonçalves e escrivão das carnes e caça da cidade de Lisboa (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 19, fl. 25, s.l., 15.VII.1439), desconhecendo-se o seu posterior percurso.

¹¹⁵ Cf. Saul António Gomes, *D. Afonso V O Africano*, s.d., Círculo de Leitores, 2006, pp. 44.

¹¹⁶ Cf. Gaspar Landim, *Op. Cit.*, vol. I, cap. IX.

¹¹⁷ Cf. João Silva de Sousa, *D. Duarte, Infante e Rei, e as Casas Senhoriais*, Lisboa, SHIP, 1991, p. 17.

¹¹⁸ Cf. Rita Costa Gomes, *Op. Cit.*, p. 229.



V¹¹⁹. Tal sucedeu não apenas por ser “homem prudente e bem razoado, e de que muito fiava”¹²⁰ o infante D. Pedro, mas também pelos contactos anteriores que já tivera com esta, que assinara, em seu nome e no da sua esposa¹²¹, confirmações de bens da Casa. Tendo Álvaro Gonçalves falhado na sua missão, coube ao infante D. Henrique convencer a rainha a entregar D. Afonso V¹²².

A partir desse momento, e posteriormente, aquando da fuga da rainha para o Crato e da entrega da infanta D. Leonor (v. 1434-1467) a D. Guiomar de Castro até à sua partida para a Alemanha¹²³, de quem seria aia até ao casamento da infanta com o Imperador Frederico III (v. 1415-1493), Álvaro Gonçalves passava a acumular dois dos mais importantes cargos da corte: aio do jovem monarca e governador da Casa do infante D. Pedro, então regente do Reino. Isto é, Ataíde tornou-se numa figura incontornável de toda a política da época e foi um privilegiado agente mediador entre o jovem monarca e o regente, o que lhe conferiu um indiscutível poder de intervenção política e lhe abriu o caminho para a titulação.

É neste quadro que, logo em 1439, se entende que o infante D. Pedro o tenha nomeado coudel-mor de Tavira¹²⁴ e lhe tenha confiado a guarda do jovem D. Afonso V enquanto se iniciava a guerra contra o Prior do Hospital, que decidira apoiar as pretensões da rainha D. Leonor. Enquanto decorria a investida, Álvaro Gonçalves de Ataíde procurou, sem sucesso, convencer o jovem monarca dos motivos do infante D. Pedro para guerrear os partidários da sua mãe¹²⁵, uma vez que esta pretendia que Portugal se envolvesse nas lutas peninsulares

¹¹⁹ Cf. Rui de Pina, *Op. Cit.*, vol. I, cap. XLVII; Duarte Nunes Leão, *Cronicas e vidas dos reys de Portugal, D. Duarte, undecimo, e D. Affonso V, duodecimo*, Lisboa, Officina de Joze de Aquino Bulhões, 1780, cap. VII.

¹²⁰ Cf. Gaspar Landim, *Op. Cit.*, vol. I, cap. XXX, p. 30.

¹²¹ Da doação de Cernache e dos casais de Chança e Carvalhal (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 34, fl. 104, s.l., 17.XI.1438).

¹²² Cf. Rui de Pina, *Op. Cit.*, vol. I, cap. VII.

¹²³ Cf. Gaspar Landim, *Op. Cit.*, vol. II, cap. XII; Duarte Nunes Leão, *Op. Cit.*, cap. IX; Rui de Pina, *Op. Cit.*, vol. I, cap. LXVI.

¹²⁴ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 20, fl. 67, s.l., 16.VII.1439.

¹²⁵ Cf. Gaspar Landim, *Op. Cit.*, vol. II, cap. XVIII.

dos infantes de Aragão¹²⁶. Despontando já nesse episódio de 1440 bem como noutro da mesma época a veia militar do jovem D. Afonso V¹²⁷, e por consequência iniciando-se as tensões que viriam a opor o rei e o regente nos anos seguintes, o infante D. Pedro não deixou de reconhecer a importância dos serviços prestados por Ataíde, fazendo-lhe um conjunto de importantes mercês.

Entre elas merece destaque o apoio à concessão, em 1443, do Priorado do Crato a D. Henrique de Castro¹²⁸, o qual era sobrinho de D. Guiomar de Castro, e por falecimento deste, novo apoio à entrega, já com D. Afonso V em finais de 1448, do Priorado a D. João de Ataíde¹²⁹, segundo-nérito de Álvaro Gonçalves e de D. Guiomar. A D. João de Ataíde, pela sua proximidade pessoal, concedera já o regente a alcaidaria-mor de Amieira¹³⁰, tendo em conta os serviços do fidalgo no cerco de Rodes de 1444¹³¹. Ao próprio Álvaro Gonçalves, o regente D. Pedro confirmou todas as anteriores mercês de D. João I e D. Duarte com direito de transmissão ao seu primogénito¹³² e fez-lhe, em data desconhecida, uma importante doação: a alcaidaria-mor de Coimbra¹³³.

Esta doação assumia um significado especial em duas vertentes. Em primeiro lugar, por revelar o grau de confiança e de cumplicidade entre o infante e o seu criado, a ponto do infante lhe conceder o comando militar da sede do seu ducado. Em segundo, dado o capital simbólico associado à posse da

¹²⁶ Cf. Saul António Gomes, *Op. Cit.*, pp. 51 e seguintes.

¹²⁷ Cf. Rui de Pina, *Op. Cit.*, vol. I, cap. LXXI.

¹²⁸ Cf. *MH*, vol. VIII, doc. 8.

¹²⁹ Cf. *Ibidem*, vol. IX, docs. 201 e 202.

¹³⁰ Cf. Humberto Baquero Moreno, *Op. Cit.*, vol. I, p. 408.

¹³¹ Cf. Cristóvão Alão Moraes, *Pedatura Lusitana*, vol. IV, Braga, Edições Carvalho de Basto, 1998, pp. 280-281.

¹³² De Cernache e dos casais de Chança e Carvalhal (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 20, fl. 4, s.l., 14.III.1439), dos castelos e vilas de Monforte de Rio Livre e Vinhais e das terras de Vilar Seco de Lomba e Vale de Paçó (Cf. *Idem*, livro 9, fl. 86v, s.l., 10.VII.1439), do privilégio para seus amos e caseiros (Cf. *Idem*, livro 12, fl. 84, s.l., 24.X.1440) e da carta de coutada à Quinta da Foz (Cf. *Idem*, livro 25, fl. 3, s.l., 2.VII.1444).

¹³³ Apenas se conhece a confirmação do período de governo de D. Afonso V (Cf. ANTT, *Místicos*, livro 3, fl. 117, s.l., 8.VIII.1449).

alcaidaria-mor de Coimbra, enquanto cidade de grande importância em vários momentos capitais da história da Monarquia Portuguesa. Por estes motivos, a alcaidaria-mor de Coimbra foi, sem dúvida, umas das jóias zelosamente mantidas pela Casa de Atouguia e que muito a prestigiavam.

A esta última mercê acresceram outras: doações de propriedades em Loulé¹³⁴ e no Porto¹³⁵, e da Quinta do Judeu¹³⁶, em Porto de Mugém, e ainda privilégios para os moradores de Monforte de Rio Livre¹³⁷. No mesmo sentido, foram as doações a D. Guiomar, a qual também recebeu do regente confirmações em nome do casal¹³⁸ e viu confirmada a posse da Quinta do Reguengo de Chantas¹³⁹ e o aforamento do paul do Feijoal¹⁴⁰, ambos no termo de Santarém. Todas estas mercês traduziam o reconhecimento do regente, da valia do seu fiel servidor, colocando-o em posição de poder vir a receber um título. Inserem-se ainda na sua política de rodear D. Afonso V de apaniguados seus como forma de garantir a sua influência no período pós-regência¹⁴¹.

A aliança política com os Castros durante estes anos manteve-se, como elucida a nomeação de D. Henrique de Castro e a promessa feita pelo infante D. Pedro, aquando da nomeação de D. Fernando de Castro, em 1440, para a devolução de Ceuta a troco da libertação do

¹³⁴ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 20, fl. 9v., s.l., 9.I.1440.

¹³⁵ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 25, fl. 68v., 21.I.1445.

¹³⁶ Tratando-se da primeira confirmação, por parte da Coroa, de anterior compra da Quinta a D. Maria da Cunha (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 25, fl. 141, s.l., 22.VIII.1443), a qual foi novamente rectificada em 1444 (Cf. *Idem*, livro 25, fl. 1, s.l., 18.VIII.1444).

¹³⁷ Isentando-os do pagamento de diversos impostos e da obrigação de irem à guerra (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 27, fl. 110v., s.l., 21.X.1440).

¹³⁸ Como da doação de Cernache e dos casais de Chança e Carvalhal (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 34, fl. 104v., s.l., 18.II.1439) ou da Quinta do Judeu, em Porto de Mugém (Cf. *Idem*, livro 25, fl. 141v.).

¹³⁹ Também doada a Álvaro Gonçalves. Cf. ANTT, *CDAV*, livro 25, fl. 18v., 28.I.1442.

¹⁴⁰ Igualmente a favor de Álvaro Gonçalves. Cf. ANTT, *CDAV*, livro 25, fl. 20, s.l., 10.I.1444.

¹⁴¹ Nessa mesma lógica promovera, logo nas Cortes de Torres Vedras de 1441, a ideia de casar a sua filha D. Isabel com D. Afonso V, vindo o consórcio a realizar-se em Maio de 1447.

infante D. Fernando, de casar o seu herdeiro com uma filha do infante¹⁴². É provável que Álvaro Gonçalves não tenha sido alheio a esta promessa. A sua ligação aos Castros permitia ainda a Ataíde assegurar e manter junto de D. Pedro o decisivo apoio político do infante D. Henrique à sua conturbada regência.

As ligações de Ataíde ao infante D. Henrique surgem também atestadas pelo facto de, em 1447, ter armado uma nau para a Guiné¹⁴³, cujo comando atribuiu a João de Castilha¹⁴⁴, e até por existir referência de que teria estado nas Canárias em data incerta¹⁴⁵. Ambas apontam não só para a comunhão de interesses com D. Henrique, mas também para a percepção de que a Expansão poderia trazer proventos económicos vantajosos, o que poderá explicar os desentendimentos que Castilha teve com o infante D. Henrique¹⁴⁶. Ainda neste plano se poderá enquadrar o que parece ter sido o interesse pela dilatação da fé fortemente evidenciado pela Casa de Atouguia em períodos posteriores. Os dois projectos ajudavam Álvaro Gonçalves de Ataíde a alicerçar o seu poder. A questão da dilatação da fé foi, aliás, um dos elementos integrados na heráldica da Casa de Atouguia em inícios do século XVI¹⁴⁷, vindo a constituir-se como um dos elementos para a afirmação dos membros da Casa em diversos contextos. Este último aspecto não deve também ser desligado do interesse evidenciado por membros da Casa na participação activa na reforma das ordens religiosas, como adiante se constatará.

Quando o infante D. Pedro abandonou a regência, Ataíde permaneceu na corte como conselheiro ao lado de D. Afonso V¹⁴⁸. Tendo

¹⁴² Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *Op. Cit.*, pp. 261-262.

¹⁴³ Cf. Gomes Eanes Zurara, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, introdução, actualização de texto e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d., cap. LI.

¹⁴⁴ Cf. *Ibidem*, cap. LXVIII.

¹⁴⁵ Cf. Afonso Zúquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Encyclopédia, 1960, p. 331.

¹⁴⁶ Cf. Gomes Eanes Zurara, *Op. Cit.*, cap. LXIX.

¹⁴⁷ Sobre a problemática da heráldica dos Ataídes e da Casa de Atouguia veja-se: João Bernardo Galvão-Telles, Miguel Metelo de Seixas, "Em redor...", p. 94.

¹⁴⁸ Cf. Humberto Baquero Moreno, *Op. Cit.*, vol. II, p. 723.



o monarca consciência da importância do seu apoio político perante o agravamento das relações com o antigo regente e sabendo que Álvaro Gonçalves gozava de grande confiança e influência junto de D. Pedro, decidiu, ainda antes de Alfarrobeira, premiá-lo. Por este motivo, em Dezembro de 1448, fez-lhe doação da Atouguia e do padroado da sua Igreja, associando título condal¹⁴⁹.

Se de um ponto de vista mais geral, as titulações que foram atribuídas antes e pouco depois de Alfarrobeira se justificam pela necessidade de premiar os indivíduos das linhagens do tempo de D. João I, nos quais também se conta a mais tardia titulação, em 1460, dos Castros como condes de Monsanto, cuja fidelidade D. Afonso V necessitava de assegurar, também se constata que muitos dos títulos criados decorreram das ligações ao infante D. Pedro¹⁵⁰. Nesse sentido, apesar dos títulos criados pretenderem configurar uma nova nobreza da dinastia, eles corresponderam, nesta fase, à consolidação de uma nobreza tardo-medieval¹⁵¹, a qual só foi plenamente substituída pela segunda vaga de titulações afonsinas da década de 1470¹⁵². Nessa óptica, a atribuição do título condal a Álvaro Gonçalves de Ataíde, o qual é lembrado como “feitura do infante”¹⁵³ D. Pedro, é uma decorrência da referida política nobiliárquica.

Apesar da maioria das fontes afirmar que Álvaro Gonçalves teve ordem de prisão de D. Afonso V antes de Alfarrobeira, e que se deixara prender manhosamente, com seus filhos e criados, temendo o muito que teria a perder, o que

¹⁴⁹ Cf. ANTT, *Místicos*, livro 3, fl. 110.

¹⁵⁰ Cf. Mafalda Soares da Cunha, “A nobreza portuguesa...”, p. 245.

¹⁵¹ Cf. Mafalda Soares da Cunha, Nuno Gonçalo Monteiro, “Jerarquía nobiliaria y corte en Portugal (Siglo XV-1832)” in *Poder y Movilidad Social. Cortesanos, Religiosos y Oligarquías en la Península Ibérica (Siglos XV-XIX)*, edição de F. Chacón Jiménez e Nuno Gonçalo Monteiro, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Universidade de Murcia, 2006, p. 194.

¹⁵² Cf. João Cordeiro Pereira, “A Estrutura Social e o seu Devir” in *Nova História de Portugal – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação de João Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 290.

¹⁵³ Cf. Gaspar Landim, *Op. Cit.*, vol. III, cap. IX, pp. 176-177; Duarte Nunes Leão, *Op. Cit.*, vol. I, cap. XVII, p. 47.

teria contribuído para fazer desleal o infante D. Pedro ainda antes deste efectivamente o ser¹⁵⁴, é possível relativizar essa afirmação. Na verdade, Ataíde começara por juntar-se a D. Pedro¹⁵⁵ e só o abandonou quando este se recusou a dar passagem a D. Afonso (v. 1377-1461), 1º duque de Bragança¹⁵⁶, tornando inevitável o conflito com o rei. Ou seja, tudo aponta para que a participação de Álvaro Gonçalves e do seu herdeiro D. Martinho na batalha de Alfarrobeira, ao lado do rei¹⁵⁷, não tenha decorrido de uma simples traição de Ataíde ao infante D. Pedro. Ter-se-á tratado, antes, da constatação de que não seria possível convencer o infante a adoptar outra atitude e que, nesse cenário, tal como as fontes referem, seria preferível não arriscar o adquirido do lado do provável derrotado¹⁵⁸.

Neste sentido, a sua aposta foi certeira, na medida em que daquela forma não só assegurou o futuro da sua Casa, através da confirmação, posterior a Alfarrobeira, de todas as doações da Casa¹⁵⁹, como ainda alcançou uma nova concessão: o campo do Lobão, no termo de Coimbra¹⁶⁰. Porém, as mercês estenderam-se ainda a D. Guiomar, que

¹⁵⁴ Cf. Duarte Nunes Leão, *Op. Cit.*, vol. I; cap. XVII; PINA, Rui de, *Op. Cit.*, vol. II, cap. XCVI.

¹⁵⁵ Cf. Saul António Gomes, *Op. Cit.*, p. 72; Francis M. Rogers, *Op. Cit.*, p. 62.

¹⁵⁶ Cf. Francis M. Rogers, *Op. Cit.*, p. 62.

¹⁵⁷ Cf. Humberto Baquero Moreno, *Op. Cit.*, vol. I, p. 525.

¹⁵⁸ É o próprio cronista de D. Pedro que sai em defesa de Álvaro Gonçalves: “e algumas pessoas contra razão murmuraram d’elles, dando-lhe em culpa que o Conde procurou sua prisão por se não entender d’elle que fazia falta ao Infante, por sua vontade, como se não fora mais obrigado a ser leal a seu rei, que deixar de lhe obedecer pelo Infante, e o que peior é, arriscando não sómente o condado, mas ainda a honra e vida, como arriscaram os que se foram para elle e os mais que o seguiram”. Cf. Gaspar Landim, *Op. Cit.*, vol. III, pp. 38-39.

¹⁵⁹ Começando pela alcaidaria-mor de Coimbra (Cf. ANTT, *Místicos*, livro 3, fl. 117, s.l., 8.VIII.1449), seguida da carta de coutada à mata da Azenha (Cf. *Idem*, livro 4, fl. 22, s.l., 8.IX.1449) e à Quinta da Foz (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 34, fl. 103), passando pelo privilégio a seus amos e caseiros (Cf. *Idem*, livro 34, fl. 103, 5.XII.1449) e pelas doações dos castelos e vilas de Monforte de Rio Livre e Vinhais e das terras de Vilar Seco de Lomba e Vale de Paçó (Cf. *Idem*, livro 9, fl. 86v., s.l., 4.XII.1449) e de Cernache e dos casais de Chança e Carvalhal (Cf. *Idem*, livro 34, fl. 104v., s.l., 26.I.1450).

¹⁶⁰ Cf. ANTT, *Místicos*, livro 4, fl. 22, s.l., 8.IX.1449.

recebeu diversas confirmações¹⁶¹, os bens de Vasco Fernandes, criado do infante D. Pedro¹⁶², e uma tença de 71 428 reais pelos serviços prestados à infanta D. Leonor¹⁶³.

Mais relevante que estas doações foi o facto do 1º conde de Atouguia, que em 1450 era identificado como rico-homem, membro do Conselho Real, escrivão da puridade e coudel-mor do Reino¹⁶⁴, ter assegurado ao seu herdeiro a continuidade de serviço na corte. Sob este prisma, a bem sucedida trajectória de Álvaro Gonçalves é paradigmática de como os três elementos definidores da nobreza (terra, guerra e jurisdição¹⁶⁵), quando conjugados com uma estratégia de êxito na manutenção de poder, característica de elites de governo¹⁶⁶, permitiam, na primeira metade de Quatrocentos, confirmar ascensões sociais impensáveis em conjunturas posteriores¹⁶⁷.

A lógica do processo de progressão social de Álvaro Gonçalves encontra-se, aliás, no epitáfio da sua sepultura, mandada construir por D. Guiomar, na Igreja de São Leonardo, na Atouguia da Baleia. Neste são exaltados para a posteridade os marcos principais da sua trajectória: os guerreiros, através da sua participação na conquista de Ceuta e nas guerras do Imperador Sigismundo, e os políticos por via da sua peregrinação à Terra Santa e da sua participação no Concílio de Constança, cumulada pela sua nomeação para aio de D. Afonso V. Todos se consideravam ancorados no que, para a memória posterior,

havia sido uma inegável carreira de sucesso, explicada pela elevada ascendência paterna do fundador da Casa: Martim Gonçalves de Ataíde¹⁶⁸.

3. A sucessão da Casa: inícios do condado de D. Martinho (1452-1470)

A estratégia de manutenção de serviços, tão característica da nobreza cortesã de D. Afonso V¹⁶⁹ e de que o caso em análise é exemplar, enquanto forma de ascensão social, veio a conhecer novos desenvolvimentos após o falecimento do 1º conde de Atouguia, em Fevereiro de 1452. Nessa data, tudo indica que o casamento de D. Martinho de Ataíde com D. Catarina de Castro, última filha de D. Fernando de Castro e então viúva de Álvaro Vaz de Almada, 1º conde de Avranches¹⁷⁰, conhecido apoiante do infante D. Pedro, falecido em Alfarrobeira, já estivesse preparado¹⁷¹. O enlace com uma Castro, patrocinado por Álvaro Gonçalves e D. Guiomar de Castro, sobretudo na conjuntura em que ocorreu, reforça a ideia da dificuldade em encontrar, no mercado matrimonial da época, uma esposa à altura da condição assumida pelo herdeiro da Casa de Atouguia¹⁷².

Tendo o casamento sido apoiado por D. Afonso V¹⁷³ e tendo D. Martinho recebido confirmação

¹⁶⁸ O qual, a propósito da crise de 1383-85, sofrera de “húa mancidão mesturada com muita prodencia e convercação gracioza”. Cf. Luís Filipe Matança da Costa Monteiro Pontes, *Op. Cit.*, p. 160.

¹⁶⁹ Tal como a define Rita Costa Gomes, “A curialização da nobreza” in *O Tempo de Vasco da Gama*, direcção de Diogo Ramada Curto, Lisboa, CNCDP/Difel, 1998, p. 182-183.

¹⁷⁰ Cf. Afonso de Dornellas, *Op. Cit.*, vol. I, p. 117.

¹⁷¹ Assim o indica a data do contrato de casamento, 22 de Setembro de 1451, rectificado pela Coroa a 28 de Janeiro de 1452. Cf. ANTT, *CDAV*, livro 12, fl. 7, s.l., 28.I.1452.

¹⁷² Sendo esta uma dificuldade habitual pois como relembrava Rudolph Braun (Cf. Rudolph Braun, “Staying...”, p. 252), quanto mais elevado é o grau de nobreza, mais difícil se torna encontrar um casamento adequado.

¹⁷³ A este propósito recebera já D. Martinho uma tença de 40 mil reais brancos como parte das 4000 coroas de ouro de França que D. Afonso V prometera aquando do casamento do fidalgo. Cf. ANTT, *CDAV*, livro 11, fl. 141, s.l., 2.IX.1451.

¹⁶¹ Como do aforamento do paul do Feijoal (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 34, fl. 104, s.l., 12.XII.1449), do seu contrato de casamento com Álvaro Gonçalves (Cf. *Idem*, livro 34, fl. 74, s.l., 5.III.1450) e em nome do casal das doações de Cernache e casais de Chança e Carvalhal (Cf. *Idem*, livro 34, fl. 104v., s.l., 26.I.1450) e da Quinta do Judeu (Cf. *Idem*, livro 34, fl. 104, 28.III.1450).

¹⁶² Cf. ANTT, *Estremadura*, livro 8, fl. 294v., 7.III.1450.

¹⁶³ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 34, fl. 67v., s.l., 17.IV.1450.

¹⁶⁴ Cf. Saul António Gomes, *Op. Cit.*, p. 55.

¹⁶⁵ Cf. Henry Kamen, *Early Modern European Society*, Nova Iorque, Routledge, 2000, p. 71.

¹⁶⁶ Cf. Rudolph Braun, “Staying on Top: Socio-Cultural reproduction of European Power Elites” in *Power Elites and State Building*, edição de Wolfgang Reinhard, s.d., Clarendon Press, 1996, pp. 235-259.

¹⁶⁷ Cf. Mafalda Soares da Cunha, Nuno Gonçalo Monteiro, “Jerarquia nobiliária...”, p. 204.



imediata do título¹⁷⁴, doações e privilégios da Casa¹⁷⁵, tudo aponta para que apesar de ser D. Martinho o titular da Casa, nos anos seguintes, tenha sido D. Guiomar quem a geriu efectivamente. Tal é sugerido por um conjunto de documentos de chancelaria e pelo facto da condessa viúva só ter falecido em 1473. Na realidade, até morrer, D. Guiomar não só recebeu diversas confirmações na qualidade ainda de esposa de Álvaro Gonçalves e de mãe de D. Martinho¹⁷⁶, como alcançou da Coroa novas e relevantes doações: a doação da Quinta do Çeical e Juncal, junto à Quinta de Arzila, com direito de a transmitir a D. Martinho¹⁷⁷, o privilégio de coutar as suas terras na Azambuja¹⁷⁸, o privilégio para os seus besteiros andarem em besta muar¹⁷⁹, a isenção para os moradores de Cernache não servirem de besteiros¹⁸⁰, o privilégio de colocar coimeiros nas suas terras da Azambuja¹⁸¹ e ainda o privilégio de ser tida por vizinha de Santarém¹⁸². Porém, apenas parte do património de D. Guiomar reverteu para membros da Casa de Atouguia, suspeitando-se, tal como já apontado anteriormente para o caso Mécia Vasques Coutinho, que o restante tenha integrado o património da Casa de Monsanto, sobretudo tendo em conta a ausência posterior de diversos bens de D. Guiomar no património da Casa de Atouguia. Em causa poderá ter estado o facto de D. Guiomar ser, pelo seu nascimento, primordialmente uma Castro e

¹⁷⁴ No documento no qual era confirmado a D. Martinho o título de conde de Atouguia, eram-lhe ainda confirmadas as doações da Atouguia e do Campo do Lobão. Cf. ANTT, *CDAV*, livro 12, fl. 7, s.l., 14.II.1452.

¹⁷⁵ Da doação da alcaidaria-mor de Coimbra (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 12, fl. 4, s.l., 10.II.1452) e da doação de Monforte de Rio Livre, do castelo de Vinhais e terras de Vilar Seco de Lomba e Vale de Paçó (Cf. *Idem*, livro 12, fl. 16, s.l., 15.II.1452).

¹⁷⁶ Como a carta de coutada ao termo da vila de Cernache (Cf. ANTT, *Místicos*, livro 3, s.l., fl. 102, 7.X.1450) e a confirmação da doação de Cernache e dos casais de Chança de Carvalhal (Cf. ANTT, *CDMI*, livro 19, fl. 16v., s.l., 8.X.1455) que recebeu no lugar de D. Martinho.

¹⁷⁷ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 4, fl. 65, s.l., 18.X.1453. Não foi possível apurar a sua localização geográfica.

¹⁷⁸ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 10, fl. 98, s.l., 11.IX.1454.

¹⁷⁹ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 1, fl. 20v, s.l., 14.II.1461.

¹⁸⁰ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 1, fl. 63, s.l., 30.VIII.1462.

¹⁸¹ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 8, fl. 60, s.l., 1.X.1464.

¹⁸² Cf. ANTT, *CDAV*, livro 38, fl. 31v, s.l., 12.II.1467.

apenas secundariamente uma Ataíde por via do seu casamento.

No cerne de todas estas doações e da sua gestão da Casa durante este período parecem estar dois factores. Por um lado, ao partir a infanta D. Leonor para a Alemanha, extinguindo-se concomitantemente o seu cargo de aia da mesma, D. Guiomar terá passado a dispor de condições para abandonar a corte, mormente tendo em conta a sua avançada idade e o seu mecenato religioso. Essa saída não colocava em causa a ligação da Casa à corte, pois era compensada pela presença constante de D. Martinho de Ataíde. Por outro lado, e apesar de não marcar presença física na corte, excepto aquando da partida da infanta D. Joana (v. 1439-1475) para se casar com o monarca castelhano Henrique IV (r. 1454-1474) em 1455¹⁸³, D. Guiomar não perdeu a ligação ao mundo palatino, devido aos empréstimos que concedia ao *Africano*. Dos muitos empréstimos que já antes fizera, em seu nome e no da Casa de Atouguia, ao infante D. Pedro veio, aliás, a ser devidamente resarcida com “condições leoninas”, por parte de D. Afonso V e dos herdeiros do infante¹⁸⁴, como refere Sousa Viterbo¹⁸⁵.

Numa segunda vertente, pelo apoio financeiro que D. Guiomar concedeu, em 1452, à fundação do que veio a ser o convento de São Bernardino da Atouguia¹⁸⁶, então conhecido apenas como Oratório da Fontinha, onde fez

¹⁸³ Cf. Rui de Pina, *Op. Cit.*, vol. II, cap. CXXXV.

¹⁸⁴ Em 1454, D. Afonso manda suspender um processo de quitação de bens a D. Guiomar, ainda ligados com o seu cargo de aia da infanta D. Leonor, atendendo aos seus serviços (Cf. ANTT, *Livro de Extras*, fl. 65v, s.l., 4.X.1454). Posteriormente, D. Afonso V voltou a retomar o mesmo processo, alegando dívidas de D. Guiomar (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 16, fl. 106v., s.l., 22.VI.1471) mas mediante a apresentação de documentos comprovativos de dívidas anteriores do rei, D. Guiomar recebeu no mesmo ano 190 mil reais brancos (Cf. *Idem*, livro 16, fl. 135v, s.l., 11.VII.1471). Desde 1462 recebia ainda um padrão de juro de 1372 reais brancos devido a dívidas antigas do infante D. Pedro (Cf. *Idem*, livro 1, fl. 36v., s.l., 4.V.1462).

¹⁸⁵ Cf. Sousa Viterbo, “A avó materna de Afonso de Albuquerque (os penhoristas do século XV)” in *Archivo Histórico Portugués*, vol. 1, nº 12, Dezembro de 1903, pp. 412-413.

¹⁸⁶ Cf. Manuel Ferreira da Silva, *Os Conventos também se convertem*, Lisboa, Edições Asa, 1995, p. 28.

sepultar o guarda-mor e camareiro-mor do infante D. Pedro, D. Vasco de Vila Lobos¹⁸⁷. Nesta área inserem-se ainda as obras que mandou realizar na Graça de Santarém, na qualidade de única parente viva de D. Pedro de Meneses, 1º conde de Vila Real, de quem era tia¹⁸⁸, ou ainda a relevante fundação, devidamente solicitada e autorizada pela Coroa¹⁸⁹, do mosteiro franciscano de Xabregas. Estas evidenciam como D. Guiomar provavelmente terá permanecido fora na corte de D. Afonso V. O que não implica, como referido, que não continuasse a deter uma palavra fundamental na gestão da Casa de Atouguia e possivelmente nas negociações para os consórcios dos seus filhos e filhas, como seria de esperar da sua condição de condessa viúva¹⁹⁰.

Na realidade, o papel de medrança na corte foi desempenhado por D. Martinho de Ataíde. Tendo sido, muito provavelmente após Alfarrobeira, nomeado por D. Afonso V para mordomo-mor do infante D. Fernando¹⁹¹, D. Martinho surgia, no seguimento do seu consórcio com D. Catarina de Castro, e logo em 1451, identificado como conselheiro régio e capitão do mar¹⁹². Esta referência não se coaduna com a alusão, não datada, de que teria sido capitão-mor dos Reinos de Portugal e

do Algarve¹⁹³. A sua nomeação para o cargo de mordomo-mor do infante D. Fernando, o qual, relembrar-se, foi por esta época, o herdeiro da Coroa, em caso de falecimento de D. Afonso V¹⁹⁴, garantiu a Álvaro Gonçalves de Ataíde a continuidade de serviços da sua linhagem à Coroa. Esta, sempre difícil de assegurar num momento sucessório, permitia antever que a capacidade de influência da Casa na corte iria manter-se. Na verdade, a nomeação relembrava a do próprio Álvaro Gonçalves, em 1438, para aio de D. Afonso V, a qual, como se viu, lhe permitiu uma ascensão rápida. Assim, tudo levava a crer que existiriam condições para que o mesmo pudesse acontecer com a nomeação de D. Martinho.

Em 1452, assim que recebeu a confirmação dos bens da Casa e do seu título, o novo conde teve que superar uma importante prova. Perante a inesperada partida do infante D. Fernando para Ceuta, onde tencionava ficar como fronteiro, o Africano nomeou D. Martinho para convencer o infante a regressar¹⁹⁵. O retorno afigurava-se difícil pois D. Fernando ficara desagradado com o monarca por este se ter recusado a permitir-lhe acompanhar a sua irmã, a infanta D. Leonor, quando esta partiu para a Alemanha¹⁹⁶. Colocando-se ainda a hipótese, depois não confirmada, de vir a ser herdeiro de Afonso V de Aragão (r. 1418-1458)¹⁹⁷, percebe-se que o que estava em jogo na nomeação de D. Martinho era demasiado importante para que este pudesse concretizar sozinho a missão. Por este motivo o Africano mandatou também D. Fernando (v. 1403-1478), então 4º conde de Arraiolos¹⁹⁸ e futuro 2º duque de Bragança¹⁹⁹,

¹⁸⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 36-37.

¹⁸⁸ Cf. Maria de Lurdes Rosa, "Entre a corte e o ermo: reformismo e radicalismo religiosos (fins do século XIV-século XV)" in *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira de Azevedo, vol. I, coordenação de Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, s.l., Círculo de Leitores, 2000, p. 492.

¹⁸⁹ Para a doação dos Paços e horta do Laranjal na vila de Xabregas tendo em vista a fundação do convento veja-se: ANTT, *CDAV*, livro 15, fl. 16, s.l., 17.X.1455. Para sustento deste recebeu ainda, em 1463, a doação de um poço, nora, vinhos e terra (Cf. *Idem*, livro 9, fl. 110v, s.l., 25.VI.1463). A inauguração do convento contou com a presença do rei e da corte (Cf. Sousa Viterbo, "A avô...", p. 411).

¹⁹⁰ Também característica da época. Cf. Ricardo Cordoba de la Llave, Isabel Beceira Pita, *Op. Cit.*, pp. 245-246.

¹⁹¹ Desconhece-se a data exata da nomeação mas deduz-se que seria após Alfarrobeira por antes não se conhecer intervenção determinante de D. Martinho, independentemente da influência de seu pai, que pudesse justificar a atribuição do cargo. Cf. Affonso de Dornellas, *Op. Cit.*, vol. I, p. 117.

¹⁹² Cf. ANTT, *CDAV*, livro 12, fl. 7, s.l., 22.IX.1451.

¹⁹³ Cf. *Nobreza de Portugal...*, vol. II, p. 331. Fica por esclarecer se o cargo de capitão-mor, aparentemente, com jurisdição em terra, se aplicava igualmente à vertente marítima.

¹⁹⁴ Até ao nascimento do príncipe D. João, futuro D. João II, em 1455.

¹⁹⁵ Cf. Rui de Pina, *Op. Cit.*, vol. II, cap. CXXXIV.

¹⁹⁶ Cf. Sebastiana Pereira Lopes, *O Infante D. Fernando e a nobreza fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 1997, pp. 32-36.

¹⁹⁷ Cf. *Ibidem*.

¹⁹⁸ Cf. Rui de Pina, *Op. Cit.*, vol. II, cap. CXXXIV.

¹⁹⁹ Sobre esta figura veja-se o trabalho de Maria Barreto



para acompanhar D. Martinho na tentativa, bem-sucedida, de convencer o infante D. Fernando, seu irmão, a regressar.

Foi, pois, no seguimento do sucesso dessa importante missão e ainda no contexto das relevantes mercês que o infante D. Fernando recebeu de D. Afonso V, aquando do seu regresso²⁰⁰, que D. Martinho, na qualidade de figura destacada da corte do infante²⁰¹, veio também a receber importantes mercês. Perante o precoce falecimento de D. João de Ataíde, como mencionado, nomeado Prior do Crato pelo *Africano*, o rei apoiou a nomeação do seu irmão mais novo, D. Vasco de Ataíde, para o cargo. Este veio efectivamente a ser Prior do Crato desde 1453²⁰². A relevância desta nomeação consistia no facto de confirmar, já depois do falecimento de Álvaro Gonçalves, as possibilidades de medrança abertas a D. Martinho e à sua Casa pela continuidade do serviço cortesão.

Nesta sequência se integra a isenção, concedida à Casa, dos moradores do concelho de Monforte de Rio Livre irem à guerra, em 1453²⁰³, e ainda a importante nomeação, já referida, para D. Martinho acompanhar a infanta D. Joana a Castela com D. Guiomar²⁰⁴, naquela que foi uma das mais dispendiosas embaixadas do reinado afonsino²⁰⁵. Ainda nesse ano, a presença de D. Martinho no juramento do príncipe D. João, imediatamente atrás dos Braganças, D. Afonso (v. 1402-1460), 1º marquês de Valença, primogénito do 1º duque de Bragança, e seu irmão D. Fernando, 4º conde de Ourém e de D. Fernando de Noronha, 2º conde de Vila Real²⁰⁶, quando

Dávila, *D. Fernando I, 2º duque de Bragança: vida e acção política*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

²⁰⁰ Recebeu o senhorio de Beja, Serpa e Moura que o convertiam no maior senhor do Alentejo. Cf. Sebastiana Pereira Lopes, *Op. Cit.*, p. 37.

²⁰¹ Cf. *Ibidem*, p. 208.

²⁰² Cf. ANTT, *CDAV*, livro 3, fl. 27v., s.l., 14.III.1453.

²⁰³ Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I [CDMI]*, livro 27, fl. 25, s.l., 7.IV.1453.

²⁰⁴ Cf. Rui de Pina, *Op. Cit.*, vol. II, cap. CXXXV.

²⁰⁵ 1355 dobras foi o custo total da embaixada. Cf. Saul António Gomes, *Op. Cit.*, p. 114.

²⁰⁶ Cf. *Ibidem*, p. 101; *MH*, vol. XII, doc. 145.

conjugado com o facto de ao Prior D. Vasco de Ataíde ter sido dada a honra de ser um dos padrinhos do jovem príncipe²⁰⁷ e de levar o pálio conjuntamente com o infante D. Fernando e o 2º conde de Vila Real²⁰⁸, demonstra bem o estatuto adquirido pelos membros da Casa de Atouguia. Não apenas como uma das principais Casas da nobreza da época, quase como que umbilicalmente ligada à Casa Real, mas também revelando a profunda ligação às duas maiores Casas da aristocracia do seu tempo: as de Bragança e de Vila Real.

Com o falecimento de D. Catarina de Castro e não tendo D. Martinho à data herdeiros, o rei apoiou novo enlace do fidalgo, ainda em 1455. A eleita foi D. Filipa de Azevedo, filha de Luís Gonçalves Malafaia, rico-homem, conselheiro e vedor da fazenda do rei²⁰⁹. A aliança com esta linhagem justificava-se por dois motivos. Por um lado, Luís Gonçalves Malafaia havia sido conselheiro, regedor e governador da Casa do infante D. João desde 1418, o qual fora administrador da Ordem de Santiago, tendo o próprio Luís Gonçalves pertencido à referida Ordem²¹⁰. Tratava-se, assim, de efectivar uma aliança com alguém que detinha influência numa Ordem Militar alheia à Casa, o que combinava bem com a estratégia expansionista e de contactos multifacetados desenvolvida pelo Prior D. Vasco de Ataíde à frente da Ordem dos Hospitalários²¹¹. Era ainda uma aliança

²⁰⁷ Cf. Rui de Pina, *Op. Cit.*, vol. II, cap. XXXV; Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, edição e comentada de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, UNL, 1977, cap. ii.

²⁰⁸ Cf. Damião de Góis, *Op. Cit.*, cap. ii; Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, edição fac-similada com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, INCM, 1973, cap. II.

²⁰⁹ Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Op. Cit.*, vol. III, p. 277. O contrato de casamento data de 18 de Abril de 1457, tendo sido aprovado pela Coroa a 27 de Julho de 1469. Cf. *CDAV*, livro 31, fl. 91v., s.l., 18.IV.1457.

²¹⁰ Cf. Maria Dulcina Vieira Coelho de Medeiros, *O Infante D. João (1400-1442). Subsídios para uma biografia*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, p. 135.

²¹¹ Cf. Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade*, Fundação Eugénio de Almeida, Porto, 2000, pp. 210 e seguintes na qual é realçado o facto de a ligação de D. Vasco e da sua família à corte ter permitido alcançar importantes privilégios para a

com um membro da geração do 1º conde de Atouguia, contribuindo para reforçar os laços cortesãos com os membros dessa geração que tão premiada fora na sequência de Alfarrobeira. Por outro lado, o casamento do titular da Casa nesta linhagem menos prestigiada, parece encontrar justificação tendo em conta as dificuldades de financiamento dos elevados dotes das quatro irmãs de D. Martinho, cujos relevantes consórcios parecem ter ocorrido nas décadas de 1440-50²¹².

A irmã mais velha, D. Joana de Castro, casou-se ainda na década de 1440²¹³ com D. Fernando Coutinho, 4º marechal de Portugal, com descendência associada aos condes de Redondo. Já D. Filipa de Castro consorciou-se, em data incerta²¹⁴, com D. João de Noronha, “O Velho”, alcaide-mor de Óbidos e descendente do influente bispo de Évora e arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha (v. 1382-1452). D. Mécia de Castro e D. Leonor de Meneses casaram-se ambas, cerca de 1451²¹⁵,

Ordem durante o reinado afonsino. A esta estratégia de D. Vasco correspondeu, por parte da Coroa, uma intensa política de concessão de bens ao fidalgo em diversos locais como Évora (Cf. ANTT, *Odiana*, livro 3, fl. 162, s.l., 10.XII.1454), Tavira (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 35, fl. 103v, s.l., 22.XII.1460), Freixo de Espada-a-Cinta (Cf. *Idem*, livro 14, fl. 107v., s.l., 14.VII.1466), Castelo de Vide (Cf. *Idem*, livro 28, fl. 45v., s.l., 24.V.1468), Vimieiro (Cf. *Idem*, livro 31, fl. 24, s.l., 21.IV.1469), Tentúgal (Cf. *Idem*, livro 10, fl. 52, s.l., s.d.) e Lisboa (Cf. ANTT, *Estremadura*, livro 7, fl. 161v.). Para uma análise das trajectórias das principais famílias cortesãs nas diferentes Ordens: Cf. António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, *Nobreza e Ordens Militares. Relações sociais e de poder (Séculos XIV-XVI)*, dissertação de doutoramento políciada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

²¹² Cf. Genealogia 2: Descendência de D. Álvaro de Ataíde, 1º conde de Atouguia (Século XV).

²¹³ Possivelmente em 1442 pois nessa data, na qualidade de donzela da Casa Real, recebeu um padrão de 40 mil reais de tença anual das 3000 coroas de ouro de França que a Coroa prometera pelo seu casamento com D. Fernando Coutinho. Cf. ANTT, *CDAV*, livro 23, fl. 105, s.l., 13.XI.1442.

²¹⁴ Não se lhe são conhecidas mercês na chancelaria de D. Afonso V.

²¹⁵ Para o caso de D. Mécia de Castro a quem a Coroa prometeu 4500 coroas de ouro de França pelo casamento, posteriormente pagas através de tença de 45 mil reais brancos (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 11, fl. 8, s.l., 12.III.1451), e para o de D. Leonor de Meneses uma tença de 20 mil reais brancos pelas 2000 coroas de

respectivamente, com Fernão de Sousa Chichorro, 1º senhor de Gouveia e fidalgo da Casa do duque de Bragança, e com Gonçalo de Albuquerque, 3º senhor de Vila Verde de Francos, contando-se na sua descendência Afonso de Albuquerque, governador da Índia (1509-1515).

Por comparação com a renovação da anterior aliança com as linhagens dos Coutinhos e dos Sousas²¹⁶ e da celebração de uma nova aliança com a linhagem dos Noronhas, aparentada com a Casa de Vila Real e com os Albuquerques, há indícios de que D. Guiomar e D. Martinho terão decidido sacrificar socialmente o casamento do titular da Casa. A contrapartida dessa escolha seria a recepção de um elevado dote, o qual ajudaria a mitigar os efeitos financeiros do pagamento dos dotes das irmãs de D. Martinho, que Luís Gonçalves Malafaia estaria em condições de oferecer pelo casamento da sua filha, D. Filipa de Azevedo²¹⁷, com um conde.

Para este facto também parece apontar o interesse evidenciado pelo 2º conde de Atouguia, ainda que hipoteticamente aliado com o infante D. Henrique, de receber de Henrique IV de Castela as Canárias, por negociação durante a embaixada a Castela de 1455²¹⁸. Estas foram posteriormente vendidas a D. Fernando de Noronha, 2º conde de Vila Real²¹⁹ e acabaram por integrar o património da

ouro de França prometidas pela Coroa (Cf. *Idem*, livro 11, fl. 23, s.l., 5.III.1451). Já antes D. Leonor usufruía de uma carta de coutada a um bairro que possuía junto do Paço de Santarém da sua mãe (Cf. *Idem*, livro 20, fl. 11v., 17.IX.1440), sendo, em 1475, identificada como donzela do infante cujo nome não é referido, e auferindo 30 mil reais de tença (Cf. *Idem*, livro 30, fl. 146v., s.l., 31.I.1475).

²¹⁶ Esta última com o objectivo de reforçar os elos criados no período da expatriação durante o início do reinado de D. João I. Cf. Alexandra Pelúcia, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: trajectórias de uma élite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, CHAM, 2009, p. 106.

²¹⁷ Cuja importância para a nobreza quattrocentista é bem conhecida (Cf. Ricardo Cordoba de la Llave, Isabel Beceira Pita, *Op. Cit.*, pp. 188 e seguintes), desconhecendo-se o valor do dote de D. Filipa.

²¹⁸ Cf. Peter Russell, *Henrique, O Navegador*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 259-260.

²¹⁹ Recebidas em 1455 (Cf. MH, vol. XIV, doc. 328), sendo



Casa de Viseu, quando foram adquiridas pelo infante D. Fernando em 1466-67²²⁰. Em causa terá estado um renovado interesse, devido a dificuldades financeiras, pelos proventos económicos que a Expansão poderia induzir, e que a Casa já evidenciara em 1447.

4. Tensões familiares e declínio da Casa: o legado de D. Martinho (1470-1498)

Nos anos seguintes, até ao falecimento do infante D. Fernando, em 1470, D. Martinho terá permanecido na corte, embora tudo aponte para um crescente distanciamento em relação a D. Afonso V visto que, na sequência da embaixada de 1455, apenas é anotada a presença do 2º conde de Atouguia ao lado do monarca por ocasião da fracassada jornada de Tânger e do subsequente encontro do *Africano* como monarcacastelhano em Gibraltar, durante o ano de 1463²²¹. As dificuldades financeiras da Casa já evidentes a propósito dos casamentos das irmãs de D. Martinho tinham esboçado já uma tendência para um crescente declínio financeiro da Casa. Este tornou-se mais visível em 1470 quando o assentamento da Casa de Atouguia, de 102 mil reais anuais, passou a ser inferior ao das Casas de Marialva (Coutinhos), Monsanto (Castros) e Atalaia (Melos)²²², todas linhagens directamente ligadas aos Ataídes da Atouguia. Esta situação tornou-se ainda mais visível com a nova vaga de titulações afonsinas da década de 1470, ocasionada pela guerra luso-castelhana de 1475-1479, visto as mercês recebidas por D. Martinho nesta fase serem de pouco relevo quando comparadas com as que recebera até então²²³.

vendidas em 1463.

²²⁰ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I...*, p. 35.

²²¹ Cf. Rui de Pina, *Op. Cit.*, vol. III, cap. CLIV. Há possibilidade de ter estado em África em 1459 (Cf. Abel dos Santos Cruz, *Op. Cit.*, p. 217).

²²² Cf. Saul António Gomes, *Op. Cit.*, p. 133.

²²³ As principais mercês de D. Martinho datam da década de 1460 e foram as seguintes: a doação do serviço velho e novos dos judeus de Castelo Branco (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 8, fl. 137, s.l., 8.VI.1464), o direito do seu primogénito, D. João de Ataíde, herdar a Atouguia e seu termo (Cf. ANTT, *Místicos*, livro 3, fl. 187), autorização régia para construir um castelo em Vinhais (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 28, fl. 47v.), e as confirmações das doações de Cernache, casal de Chança e Carvalhal (Cf. *Idem*, livro

Apesar de D. Martinho e D. Vasco de Ataíde terem marcado presença na assinatura do contrato nupcial de D. Afonso V com D. Joana, “A Beltraneja” (v. 1462-1530)²²⁴, que espoletou a referida guerra de sucessão a Henrique IV de Castela, e de D. Martinho ter estado presente, depois da abdicação de D. Afonso V, no juramento do príncipe D. Afonso como herdeiro do Reino, em 1476²²⁵, ou até de D. Vasco ter participado na batalha de Toro ao lado monarca²²⁶ e por este ter sido encarregue de preparar a armada com que se deslocaria a França²²⁷, tudo indica que ao declínio financeiro da Casa, tenha vindo a associar-se um certo declínio da sua influência política.

Este terá sido assaz acentuado a partir do falecimento do infante D. Fernando, em 1470, e nem a influência atestada de D. Vasco de Ataíde junto de D. Afonso V e de D. João II²²⁸, parece ter sido capaz de o inverter. Não sendo conhecida nova nomeação para D. Martinho na sequência daquele falecimento e, sobretudo, tendo em conta a trajectória ascensional de seu irmão D. Álvaro de Ataíde, pai de D. António de Ataíde (v. 1500-1563), 1º conde da Castanheira, tudo indica que o processo de espartilho interno da Casa de Atouguia se tenha acentuado extraordinariamente durante esta década.

Tal é confirmado pelo protagonismo de D. Álvaro de Ataíde junto de D. Afonso V na década de 1470, o qual decorreu exactamente quando a influência do titular da Casa começava

28, fl. 65v, s.l., 23.VII.1468) e da Quinta do Judeu (Cf. *Idem*, livro 31, fl. 26, s.l., 26.VI.1469). Para a década de 1470 apenas se conhece o privilégio para confirmar juízes na Atouguia (Cf. ANTT, *Místicos*, livro 3, fl. 258, s.l., 22.XII.1473) e um alvará para poder recrutar mãos-de-obra para a construção do castelo de Vinhais (Cf. ANTT, *Chancelaria de D. João II [CDJII]*, livro 18, fl. 33, s.l., 27.II.1479).

²²⁴ Cf. Saul António Gomes, *Op. Cit.*, p. 200.

²²⁵ Cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira...*, vol. II, p. 728.

²²⁶ Cf. *Ditos...*, p. 197.

²²⁷ Cf. Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, *Op. Cit.*, p. 218.

²²⁸ Como anota Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, a capacidade de D. Vasco de Ataíde infletir decisões desfavoráveis ao futuro da Ordem acentuou-se com a realeza de D. João II, nem para isso valendo o facto de D. Vasco ser padrinho do rei (Cf. *Idem*, p. 223).

a esmorecer. Importa por isso analisar o processo de ascensão social e as ambições de D. Álvaro de Ataíde, que acabaram por o colocar em concorrência com o seu irmão 2º conde de Atouguia.

Casado, em 1455²²⁹, com D. Leonor de Melo, filha de D. Pedro de Melo, 1º conde de Atalaia, e na qualidade de quarto filho de Álvaro Gonçalves de Ataíde e de D. Guiomar de Castro, D. Álvaro de Ataíde iniciou a sua carreira de serviço ao *Africano* com a participação na conquista de Alcácer-Ceguer, em 1457²³⁰ e, posteriormente, na ida a Tânger, em 1461²³¹. Fruto desses serviços, o monarca concedeu-lhe, em Fevereiro de 1464, carta de moradia que começou a ser paga no ano seguinte²³². Através do importante casamento que realizara na linhagem dos Melos, D. Álvaro ganhou acesso a um importante dote da Casa da Atalaia que lhe permitiu complementar a sua medrança cortesã com investimento em terras²³³, rendas²³⁴ e negócios²³⁵. Foi em 1476, no exacto momento em que D. Álvaro regressava da sua fracassada embaixada a França²³⁶, ordenada por D. Afonso V na tentativa de convencer Luís XI (r. 1461-1483) a intervir na guerra luso-castelhana com o pretexto do condado do Rossilhão em disputa com Aragão²³⁷, da sua participação na batalha de Toro²³⁸ e da posterior partida do seu herdeiro D. Pedro de Ataíde com D. Afonso V para França²³⁹, que o fidalgo viu confirmado o seu direito a herdar a Casa da Atalaia²⁴⁰.

²²⁹ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 15, fl. 33v., s.l., 2.IV.1455.

²³⁰ Cf. Abel dos Santos Cruz, *Op. Cit.*, p. 188.

²³¹ Cf. *Ibidem*, p. 210.

²³² Cf. ANTT, *CDAV*, livro 8, fl. 164, s.l., 7.II.1464.

²³³ Assim trocou com o irmão D. Martinho certos casais em Vasqueiros, termo de Santarém, pela Quinta do Judeu (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 31, fl. 75, 16.VII.1469).

²³⁴ Solicitando ao rei arrendamento das suas rendas (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 30, fl. 133, s.l., 7.IV.1475).

²³⁵ Investindo no negócio dos couros e alcançando para tal autorização de D. Afonso V. Cf. ANTT, *CDAV*, livro 30, fl. 140, s.l., 1475?

²³⁶ Cf. Rui de Pina, *Op. Cit.*, vol. III, cap. CXCIII.

²³⁷ Cf. Damião de Góis, *Op. Cit.*, cap. xlviii.

²³⁸ Cf. Saul António Gomes, *Op. Cit.*, p. 218.

²³⁹ Cf. Rui de Pina, *Op. Cit.*, vol. III, cap. CLXIV; GOMES, Saul António, *Op. Cit.*, p. 219.

²⁴⁰ Cf. ANTT, *Estremadura*, livro 2, fl. 47, s.l., 24.IV.1476.

Uma linhagem, duas Casas: em torno dos Ataídes e das origens das Casas da Atouguia e da Castanheira (séculos XV-XVI)

Tal sucedeu no contexto dos problemas mentais do herdeiro de D. Pedro de Melo que implicaram a sua inabilidade jurídica e devido ao facto deste ter doado a Casa a D. Leonor de Melo²⁴¹ e, por conseguinte, também a D. Álvaro de Ataíde por ser seu marido, abrindo um processo que terminou na plena posse por D. Álvaro de todos os bens da Casa da Atalaia, o qual se encerrou plenamente em 1481²⁴². Já antes, em 1480, D. Afonso V concedera a D. Álvaro uma tença de 100 mil reais brancos por não o ter provido como regedor da Casa do Cível como lhe prometera²⁴³.

No contexto do crescente declínio da influência política e financeira da Casa de Atouguia no seio da corte e nobreza do seu tempo, e utilizando eficazmente o seu parentesco como membro desta Casa, D. Álvaro de Ataíde criou condições para formar uma nova Casa, a qual, pelas ambições evidenciadas pelo próprio de se pretender assenhorear de uma Casa com rendimentos superiores à Casa de Atouguia, não poderia deixar de nascer em processo de cisão com a sua Casa de origem. Sob o prisma de D. Álvaro, a efectivação do corte estava já realizada, faltando apenas recuperar o elemento decisivo do qual o fidalgo não fora capaz de se apropriar: o título condal da Casa da Atalaia, que o colocaria, inclusivamente, no interior da nobreza titulada, numa posição, de superioridade face à Casa de Atouguia.

Esta situação explica o motivo pelo qual D. Martinho de Ataíde e a sua esposa D. Filipa de Azevedo, bem como os seus filhos D. João de Ataíde e D. Isabel da Silva, não tenham alinhado nas conjuras de 1483 contra D. João II (r. 1481-1495), ao contrário do que sucedeu com D. Álvaro de Ataíde e o seu herdeiro D. Pedro de Ataíde. Apesar de já se ter anotado

²⁴¹ Cf. *Ibidem*; Maria Paula Carvalho, *Op. Cit.*, p. 17.

²⁴² Primeiro através da abdicação de D. Maria de Noronha, condessa de Atalaia, dos direitos de sucessão em D. Leonor de Melo e D. Álvaro de Ataíde (Cf. ANTT, *Estremadura*, livro 7, fl. 16, s.l., 10.II.1481) e depois com o aval régio para o casal ficar em posse dos bens da Casa (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 26, fl. 35v., s.l., 9.III.1481). Aparentemente, devido à inabilidade do herdeiro do conde D. Pedro de Melo, D. Afonso V já prometera tal ao fidalgo anteriormente (Cf. ANTT, *CSV*, livro 12, fl. 1).

²⁴³ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 32, fl. 41v., s.l., 14.II.1480.



contactos anteriores de D. Martinho de Ataíde com a Casa de Bragança²⁴⁴, e mesmo de, em 1483, ter enviado uma carta ao duque de Bragança²⁴⁵, queixando-se da morosidade do processo de casamento do seu herdeiro, não foi encontrada qualquer prova incriminatória de D. Martinho nas conjuras de 1483-84²⁴⁶.

Na verdade, a política de controlo da nobreza seguida por D. João II, desde o início do seu reinado, ameaçava mais as pretensões de D. Álvaro ao título condal do que as do já conde D. Martinho, como aliás ressalta das confirmações joaninas a este último²⁴⁷. Para confirmar socialmente a sua emancipação da Casa de Atouguia, D. Álvaro necessitava de recuperar o título de conde da Atalaia, o que o tornou próximo do duque D. Diogo, a quem procurou, conjuntamente com o seu herdeiro D. Pedro, convencer à conjura contra D. João II que mais difficilmente lhe daria aquele título²⁴⁸. Segundo uma das versões, os preparativos de D. Álvaro chegaram ao ponto de ter preparada D. Joana, "A Beltraneja" e de manter os Reis Católicos informados, na eventualidade do que sucedesse com a conjura²⁴⁹. A influência de D. Álvaro naqueles anos veio aliás a ser

²⁴⁴ Apesar de ter sido interceptada uma carta do duque de Bragança a D. Martinho relativa às terçarias de Moura. Cf. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem...*, p. 168.

²⁴⁵ A referida carta ao duque de Bragança encontra-se em BA, cod. 50-V-22, fl. 417v.

²⁴⁶ Não foi encontrado qualquer documento (Cf. BNP, cod. 7638 ou em BPE, cod. CIII/2-20) nem existe referência a tal (Cf. Humberto Baquero Moreno, "A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança" in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, FCG, 1970, pp. 47-103).

²⁴⁷ O título de conde e a doação da Atouguia foram confirmadas ainda antes das conjuras (Cf. ANTT, *CDJII*, livro 7, fl. 74, s.l., 31.V.1482), sendo as restantes que se conhecem posteriores como é o caso do privilégio ao concelho de Monforte de Rio Livre (Cf. ANTT, *CDMI*, livro 27, fl. 25), da doação de Monforte de Rio Livre e Vinhais e das terras de Vilar Seco de Lomba e Vale de Paçó (Cf. ANTT, *Além-Douro*, livro 1, fl. 1, s.l., 9.V.1487), da doação do Campo do Lobão (Cf. ANTT, *CDMI*, livro 30, fl. 33, s.l., 9.V.1487) e do alvará para seu filho herdar a vila de Atouguia (Cf. ANTT, *Místicos*, livro 3, fl. 187, s.l., 25.VI.1487).

²⁴⁸ Cf. Garcia de Resende, *Op. Cit.*, cap. LII.

²⁴⁹ Cf. Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, comentário de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, cap. XVIII.

reconhecida por D. João II já depois da sua fuga, anos mais tarde, quando em conversa com amigos à mesa, terá afirmado que D. Álvaro era "muy principal sempre nos taes dias leuaua os Reys pollas redeas, e era tão sabedor, cortesão, gracioso, que elle por si fazia festa"²⁵⁰.

Já D. Martinho tinha em mãos um outro problema mais grave: o desentendimento com o herdeiro D. João de Ataíde. Moço-fidalgo de D. Afonso V com 2600 reis de moradia desde 1469²⁵¹, D. João de Ataíde, provavelmente fruto da influência do reformismo religioso da avó D. Guiomar de Castro, e possivelmente por ter assistido ao momento do ingresso da infanta D. Joana (v. 1452-1490) no mosteiro de Aveiro, em 1469²⁵², quis abandonar a vida secular e seguir vida religiosa, tomando voto de noviço aos 16 anos²⁵³. Mercê da situação familiar descrita e devido ao facto de D. João ser o único filho varão de D. Martinho, este e a sua esposa, vendo ameaçada a sucessão da sua Casa, forçaram-no a abandonar a condição clerical. Começaram por casá-lo, em nova aliança cortesã, em 1481, com D. Violante de Castelo Branco, filha de D. Gonçalo de Castelo Branco, primeiro governador da Casa do Cível²⁵⁴ e irmã de D. Martinho de Castelo Branco, futuro 1º conde de Vila Nova de Portimão. Já perante o precoce falecimento de D. Violante, D. João de Ataíde casou com D. Brites da Silva, filha do 1º conde de Penela²⁵⁵ e camareira-mor da infanta D. Joana²⁵⁶, de quem teve finalmente a sucessão desejada²⁵⁷: D. Afonso de Ataíde, D.

²⁵⁰ Cf. Garcia de Resende, *Op. Cit.*, cap. LVI, pp. 87-88.

²⁵¹ Trata-se da primeira referência conhecida enquanto filho do 2º conde de Atouguia. Cf. *Provas*, tomo II, parte I, p. 51.

²⁵² Por este ter sido presenciado por todos os titulares da corte. Cf. João Gonçalves Gaspar, *A Princesa Santa Joana e a sua Época (1452-1490)*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1981, p. 94.

²⁵³ Cf. Fernando da Soledade, *História Seráfica Cronológica da Ordem de São Francisco*, Parte IV, livro I, cap. XVII, Lisboa, Officina António Pedrozo Gabram, 1736.

²⁵⁴ Cf. Cristóvão Alão Moraes, *Op. Cit.*, vol. IV, p. 281; Felgueiras Gayo, *Nobiliário de famílias de Portugal*, vol. I, Braga, edição de Carvalhos de Basto, 1992, p. 504.

²⁵⁵ Cf. *Nobreza de Portugal...*, vol. II, p. 331.

²⁵⁶ Cf. Saul António Gomes, *Op. Cit.*, p. 242.

²⁵⁷ Cf. Genealogia 3: Descendência de D. Álvaro de Ataíde e D. Martinho de Ataíde, 1º e 2º condes de

Jorge de Ataíde, D. Isabel da Silva de Ataíde e D. Brites da Silva.

Possivelmente na sequência da concretização do seu primeiro casamento, D. João de Ataíde recusara a oferta de D. João II para ser regedor da Casa da Suplicação, por falecimento de Fernão da Silva²⁵⁸, “sendo dom loam homem mancebo”, acrescentando o cronista Garcia de Resende, que o conheceu pessoalmente, que “apertando el Rey com elle muitas vezes que o fosse, nunca o quis aceitar”²⁵⁹. D. João de Ataíde apenas aceitou a nomeação, em 1487, para, no ataque a Anafé, ser sucessor do comandante indigitado pelo rei, D. Diogo Fernandes de Almeida, caso este falecesse²⁶⁰, existindo ainda notícia de que teria combatido em Arzila, em data incerta, com D. João de Meneses, futuro 1º conde de Tarouca e sucessor de Almeida no Priorado do Crato²⁶¹.

Apesar dos contactos que realizou em favor da Casa propiciados pelos casamentos, por imposição de seus pais, e recusando sempre interceder por quem quer que fosse, D. João de Ataíde permaneceu fiel à sua decisão de seguir vida religiosa e, mesmo casado, era conhecido por parecer mais frade do que homem casado e com filhos²⁶². A sua opção justifica ainda diversos milagres que lhe são atribuídos, bem como o facto de ter sido o único capaz de consolar D. João II, aquando do falecimento do príncipe herdeiro D. Afonso (v. 1475-1491)²⁶³, uma vez que “El Rey D. João II que era grande venerador da virtude, o estimava com particulares honras, & muyto estreyta familiaridade”²⁶⁴. Quando o fidalgo

Atouguia – Divisão das Casas de Atouguia e Castanheira (Séculos XV-XVI).

²⁵⁸ Cf. Affonso de Dornellas, *Op. Cit.*, vol. I, p. 117; *História Genealógica*, tomo XII, parte I, p. 13.

²⁵⁹ Cf. Garcia de Resende, *Op. Cit.*, cap. CLXXVIII, p. 253.

²⁶⁰ Cf. Rui de Pina, *Op. Cit.*, cap. XXVII.

²⁶¹ Cf. Frei Jerónimo Belém, *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves*, Lisboa, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1753, parte II, livro VI, cap. XXV

²⁶² Cf. Fernando da Soledade, *Op. Cit.*, parte IV, livro I, cap. XVII.

²⁶³ Proferindo a célebre frase: “Console-se V. Magestade com a vontade de Deos, que tudo faz por melhor”. Cf. Frei Jerónimo Belém, *Op. Cit.*, livro VI, cap. XXV, p. 89.

²⁶⁴ Cf. Fernando da Soledade, *Op. Cit.*, parte IV, livro I, cap. XVII, p. 58.

Uma linhagem, duas Casas: em torno dos Ataídes e das origens das Casas da Atouguia e da Castanheira (séculos XV-XVI)

decidiu, já depois de assegurada a sucessão na Casa de Atouguia, partir para Castela para tomar novos votos eclesiásticos e não mais voltar, foi D. João II quem o fez regressar²⁶⁵.

Como bem relembra Maria de Lurdes Rosa, D. João de Ataíde, a par com a infanta D. Joana, parece ter sido uma referência moral numa corte saturada de palacianismo²⁶⁶ e de uma moda europeia, com expressão também em Portugal, de “retiro de corte” e titulares devotos em final de vida²⁶⁷. Nesse sentido se compreendem os versos dedicados a D. João por Garcia de Resende²⁶⁸:

“Para que se algum cuide
de vãa gloria, se ha tem,
Lembre lhe que vimos bem
a frey loam Datayde
mais humilde que ninguem:
que viueo tam sanctamente,
que era julgado da gente
sendo cortesam por sancto:
fez se frade, foy o tanto
que fez milagre euidente.

Deixou Conde Datouguia,
e não quis ser Regedor,
deixou rendas, fidalguia,
honras, priuança, valia,
por seruir nosso Senhor;
e quem bem quiser olhar,
he muyto pouco deixar
por Deos quâto ca se alcâça,
pois a bem auenturança
com isso pode alcançar”.

Sendo não raras vezes característico da nobreza, o conflito entre pai e filho, a

²⁶⁵ Escrevendo aos Reis Católicos a solicitar o seu regresso. Cf. *Ibidem*.

²⁶⁶ Cf. Maria de Lurdes Rosa, “Entre a corte e o ermo...”, p. 94.

²⁶⁷ Cf. Joaquim Romero Magalhães, “A Sociedade” in *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, vol. III, direcção de José Mattoso e coordenação de Joaquim Romero de Magalhães, s.d., Círculo de Leitores, 1993, p. 493.

²⁶⁸ Cf. Garcia de Resende, *Op. Cit.*, p. 364.



propósito dos casamentos²⁶⁹ e da importância das negociações matrimoniais²⁷⁰, é importante salientar as implicações que o conflito entre D. João de Ataíde e D. Martinho teve, ainda durante o reinado de D. João II, para o futuro da Casa de Atouguia, sobretudo tendo em conta que não se conhece caso com contornos semelhantes na mesma época. Ao recusar-se a assegurar a sucessão, a interceder pelos seus próximos e negar a importante nomeação régia para a Casa da Suplicação, apesar das mercês que recebeu de D. João II²⁷¹, D. João interrompeu o elo de ligação, fundamental na lógica da nobreza de elite cortesã²⁷², que a Casa desde o início cultivara com a corte. Se, como se demonstrou, esse elo já vinha assistindo a um processo de erosão, este sofreu uma clara aceleração em função do conflito familiar entre D. João e seus pais.

Tendo D. Martinho permanecido fora da corte joanina até pelo menos 1487²⁷³, tudo aponta para que tenha depositado as suas esperanças em D. Afonso de Ataíde, que recusou os apelos do seu pai para seguir a vida religiosa²⁷⁴.

²⁶⁹ Cf. Michel Nassiet, *Parenté, Noblesse et États Dynastiques. XV-XVI siècles*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2000, p. 150.

²⁷⁰ Cf. Ricardo Cordoba de la Llave, Isabel Beceira Pita, *Op. Cit.*, p. 129.

²⁷¹ Recebera uma tença de 5000 reais em 1486 em atenção aos seus serviços e condição de herdeiro da Casa de Atouguia (Cf. ANTT, *CDII*, livro 19, fl. 14v., s.l., 6.XI.1486) e alguns bens e rendas doados por D. Martinho e confirmados pela Coroa como uma tença de 62 864 paga a partir dos rendimentos de Monforte de Rio Livre (Cf. *Idem*, livro 18, fl. 41, 26.III.1487), os direitos da judiaria de Castelo Branco (Cf. *Idem*, livro 14, fl. 6, s.l., 5.VIII.1488). Do rei recebera ainda a doação de casas em Vinhais (ANTT, *Além-Douro*, livro 3, fl. 146, s.l., 1.VI.1489), patrocínio para o seu segundo casamento com D. Beatriz da Silva, financiando a Coroa as 2762 coroas de arras que D. Martinho deveria pagar ao conde de Penela (Cf. ANTT, *CDII*, livro 17, fl. 45v., s.l., 22.III.1490) e ainda carta de privilégio para seus caseiros e criados (Cf. *Idem*, livro 7, fl. 119, s.l., 22.XI.1491).

²⁷² Wolfgang Reinhard, "Power Elites, State Servants, Ruling Classes, and the Growth of State Power" in *Power Elites and State Building*, edição de Wolfgang Reinhard, s.d., Clarendon Press, 1996, pp. 1-18.

²⁷³ Devido às obras não no castelo da Atouguia (Cf. Anselmo Braancamp Freire, *Op. Cit.*, vol. III, p. 276) mas no de Vinhais.

²⁷⁴ Cf. Frei Jerónimo Belém, *Op. Cit.*, parte II, livro VI, cap. XXV que conta como andando um dia D. Afonso

Fenómeno contrário sucedeu com a irmã de D. Afonso, D. Isabel da Silva e Ataíde, que, ao tencionar seguir a vida religiosa que seu pai também lhe inculcara²⁷⁵, como relata a sua avó²⁷⁶, deverá ter contado não só com a oposição do irmão, mas também com a recusa de D. Martinho.

Mesmo depois de adiado o "problema" de D. Álvaro de Ataíde com a sua fuga, a morte do seu herdeiro e a entrega dos bens da sua Casa a D. Leonor de Noronha, em 1486²⁷⁷, o problema de fundo para a Casa de Atouguia, isto é, a retoma do serviço cortesão e da ligação directa ao rei, mantinha-se. Esse problema agravou-se ainda mais quando se iniciou o reinado de D. Manuel I, em 1495: D. Martinho, pouco antes de falecer, o que ocorreu em 1498²⁷⁸, perdeu por completo o já fraco elo de ligação à Casa Real e à figura régia. Não só D. Martinho não transitara, aquando do falecimento do infante D. Fernando, para o serviço dos infantes seus filhos, o que é confirmado pelo facto de nunca surgir nas listas de servidores de D. Manuel no tempo em que ainda não era rei²⁷⁹, como, ainda antes de falecer, deve ter tomado conhecimento da intenção manuelina de reabilitar D. Álvaro de Ataíde²⁸⁰. A esse cenário acresceu o de uma Casa que não recebera novas mercês durante o reinado de D. João II e na qual existia uma disputa interna que enfraquecera, aos olhos da Coroa e de toda a corte, o seu estatuto político e social.

de Ataíde em Lisboa de charrete e tendo encontrado o seu pai, vestido de mendigo na rua, o mandou o chamar para o levar consigo na charrete. Tendo D. João recusado a proposta do filho, este, ao passar pelo pai na rua, ignorou-o ostensivamente.

²⁷⁵ Cf. *Ibidem*.

²⁷⁶ Cf. Carta de D. Brites da Silva a D. João II, s.l., 30.VII.1495 – ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 371. D. Brites da Silva era condessa de Penela.

²⁷⁷ Como o indica a ordem de D. João II. Cf. ANTT, *Corpo Cronológico I-1-36*, s.l., 30.I.1486.

²⁷⁸ Cf. Anselmo Braancamp Freire, *Op. Cit.*, vol. III, p. 277; Mário Baptista Pereira, *Atouguia da Baleia. Seus Forais, seus termos –lembrando o passado*, Atouguia, Junta de Freguesia, 2006, p. 98.

²⁷⁹ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *Op. Cit.*, p. 40.

²⁸⁰ Visto a carta de D. Manuel a D. Álvaro datar de Maio de 1498. Cf. Carta de D. Manuel I a D. Álvaro de Ataíde, Setúbal, 18.V.1498 – ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 1115, fl. 326.

Conclusão

Sob o espartilho da ascensão de D. Álvaro de Ataíde e dos conflitos com D. João de Ataíde, preparava-se para a Casa de Atouguia um cenário semelhante ao que veio a verificar-se com a Casa de Vila Real no início do reinado manuelino. Se neste último caso a restauração plena dos Braganças acarretou o fim da expectativa de se manter como o maior representante da aristocracia portuguesa, como acontecera durante parte do reinado joanino²⁸¹, no caso da Casa da Atouguia, o novo reinado prefigurava o que parecia ser uma inevitabilidade: a perda do título condal como reflexo da fraca ligação ao rei e à corte, dos conflitos intestinos e do declínio financeiro da Casa.

Este desenlace, no que ao condado de D. Martinho diz respeito, é de alguma forma surpreendente tendo em conta o contexto em que assumira a Casa de Atouguia e que não fazia, à data, prever que tal pudesse ocorrer. Tal encontra-se directamente relacionado com a carreira bem-sucedida de Álvaro Gonçalves de Ataíde mas também com a estratégia seguida por D. Martinho de Ataíde até 1470. No entanto, a emergência simultânea das ambições de D. Álvaro de Ataíde e do conflito com o herdeiro D. João de Ataíde, quando conjugados com a mudança de reinado, criaram um contexto mais difícil a D. Martinho. Mesmo após a conjura de D. Álvaro de Ataíde, o enfraquecimento político e social da Casa de Atouguia devido ao conflito com D. João de Ataíde, foi uma realidade que D. Martinho não conseguiu inflectir até ao seu falecimento. Este, naturalmente ameaçou a manutenção do título condal, sobretudo a partir do momento em que D. Manuel I autorizou o regresso de

²⁸¹ Cf. Nuno Vila-Santa, *D. Afonso de Noronha, vice-rei da Índia: Perspectivas Políticas do Reino e do Império em meados de Quinhentos*, Lisboa, CHAM, 2011, p. 24.

Uma linhagem, duas Casas: em torno dos Ataídes e das origens das Casas da Atouguia e da Castanheira (séculos XV-XVI)

D. Álvaro de Ataíde, legitimando assim as suas ambições a alcançar um título para a sua Casa.

Foi, precisamente, contra a concretização da inevitabilidade de perda definitiva do título condal que D. Afonso de Ataíde, 3º senhor da Casa de Atouguia (1498-1555), lutou durante os reinados de D. Manuel I (r. 1495-1521) e de D. João III (r. 1521-1557), defrontando-se com as consequências da derrota dos planos do seu avô D. Martinho. Para tal, D. Afonso de Ataíde teve também, como o avô, de sacrificar socialmente o seu casamento de forma a garantir uma melhor situação financeira da sua Casa que lhe permitisse sustentar a sua vasta descendência. Só em momento posterior e coincidindo com a titulação, por D. João III, de D. António de Ataíde, em 1532, como 1º conde da Castanheira, teve condições para colocar os seus descendentes ao serviço da Coroa²⁸². Porém, à data da titulação do seu primo D. António de Ataíde, D. Afonso de Ataíde já perdera as hipóteses de recuperar o título para a sua Casa na sua figura, tendo presente a política joanina de titulações²⁸³. Dessa forma, D. Afonso de Ataíde foi a partir de então forçado a apostar numa recuperação do mesmo pelos seus descendentes.

Em todo o caso, foi este contexto particular na Casa de Atouguia que criou a margem necessária para que as circunstâncias particulares da ascensão cortesã de D. António de Ataíde, pudessem redundar naquilo que seu pai, D. Álvaro de Ataíde, não alcançara em vida: a concessão de um título condal. Sucedeu, então o paradoxo de a representação da linhagem

²⁸² Sobre a estratégia seguida por D. Afonso de Ataíde durante os reinados de D. Manuel I e D. João III veja-se Nuno Vila-Santa, *Entre o Reino....*, p. 49 e seguintes.

²⁸³ Cf. Jean Aubin, «La noblesse titrée sous D. João III. Inflation ou fermeture?», in *Le latin et l'astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996, 371-383.

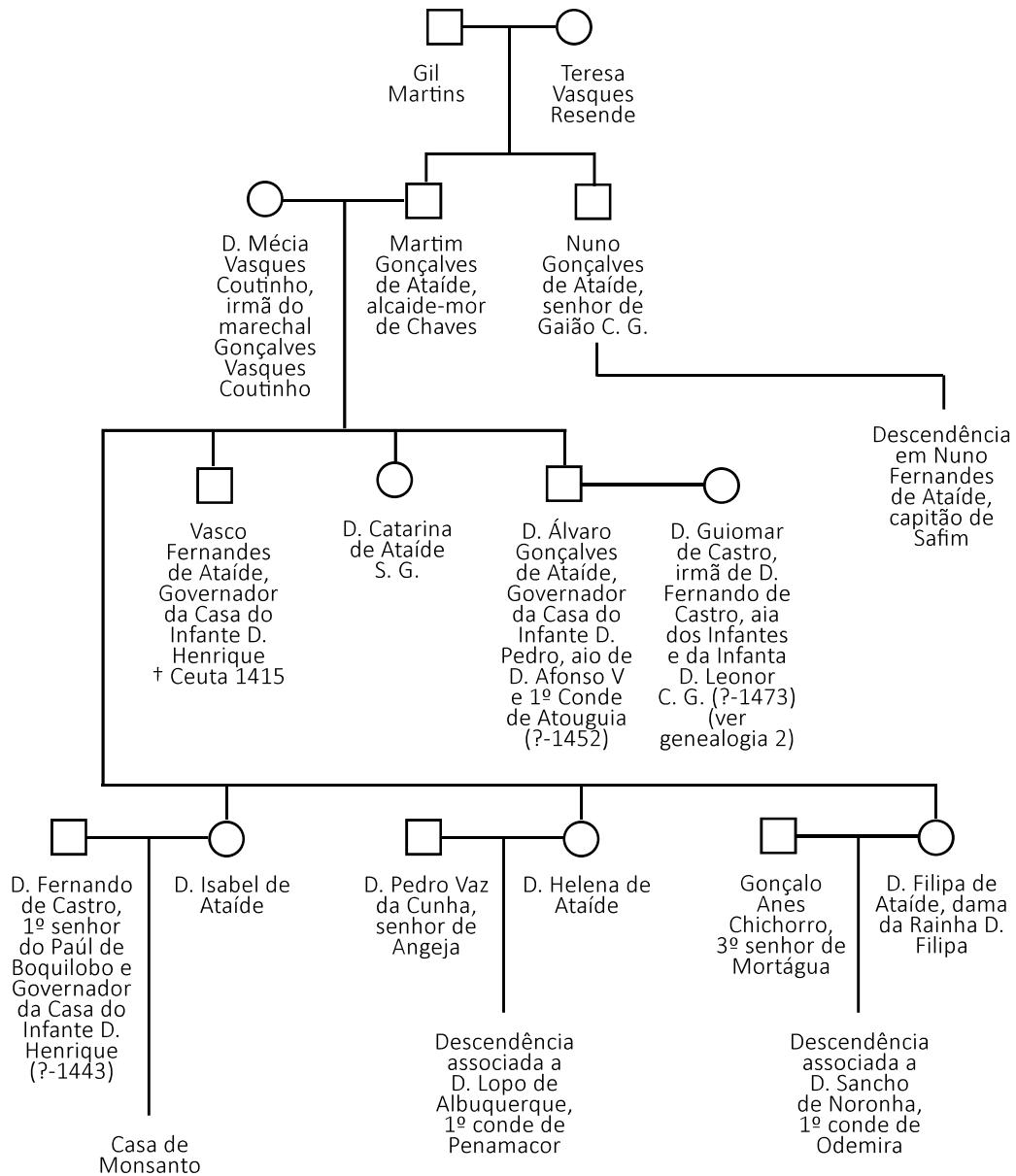


dos Ataídes continuar a pertencer à Casa de Atouguia, apesar da figura mais destacada da linhagem ser inequivocamente o favorito de D. João III. Apenas o falecimento deste em 1563 e o consequente enfraquecimento da influência social e política da Casa da Castanheira junto da Coroa a partir de então, assim como a trajectória social com difícil paralelo no século XVI de D. Luís de Ataíde, herdeiro de

D. Afonso de Ataíde, permitiu que a Casa de Atouguia recuperasse o título perdido, em 1498. Tal recuperação ocorreu em 1577 num contexto bem distinto do anterior e próximo da ocorrência da batalha de Alcácer-Quibir, quando D. Sebastião (r. 1557-1578) restaurou em D. Luís de Ataíde o título de 3º conde de Atouguia.

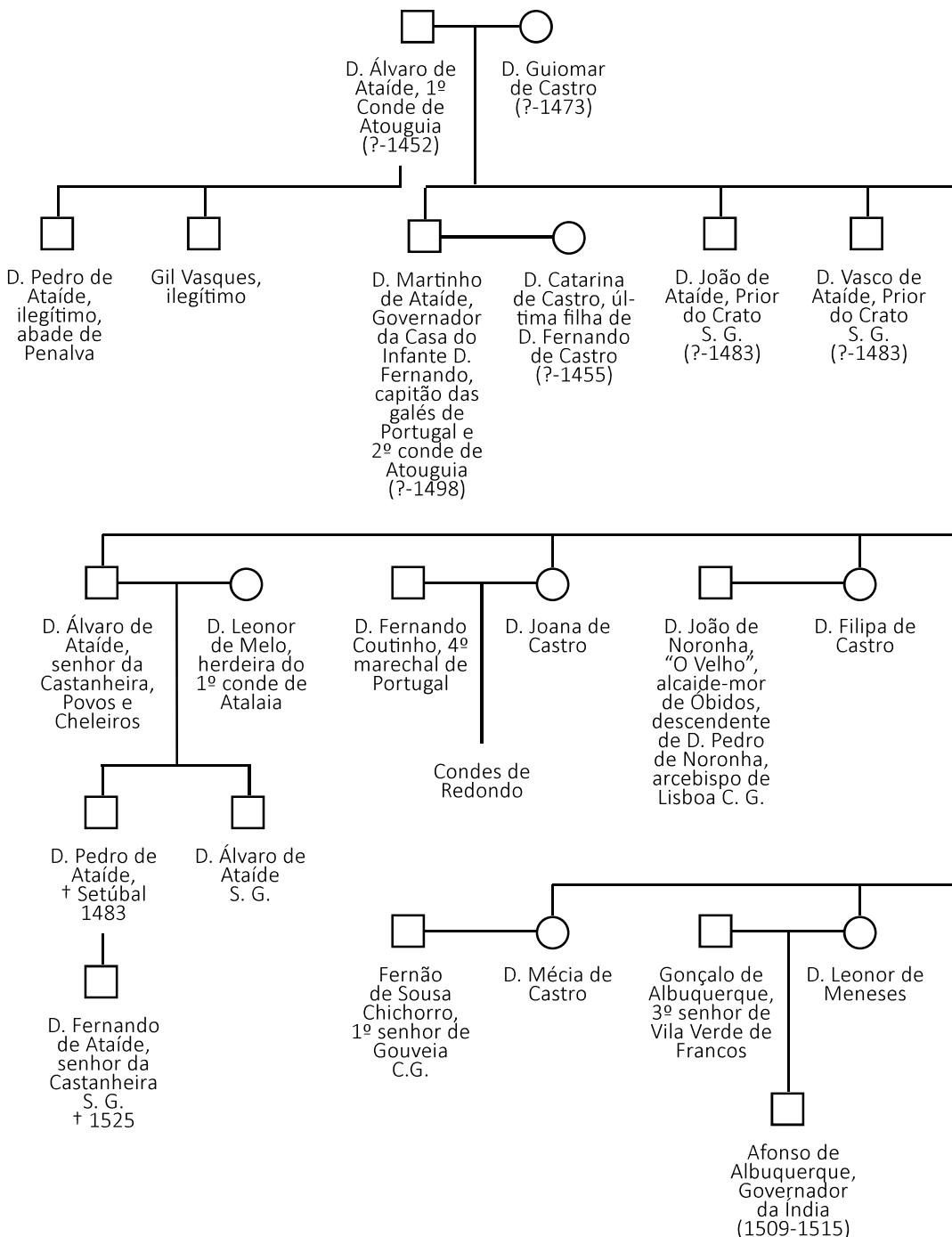
Uma linhagem, duas Casas: em torno dos Ataídes e das origens das Casas da Atouguia e da Castanheira (séculos XV-XVI)

Genealogia 1: Ascendência e descendência dos Ataídes (Séculos XIV-XV)

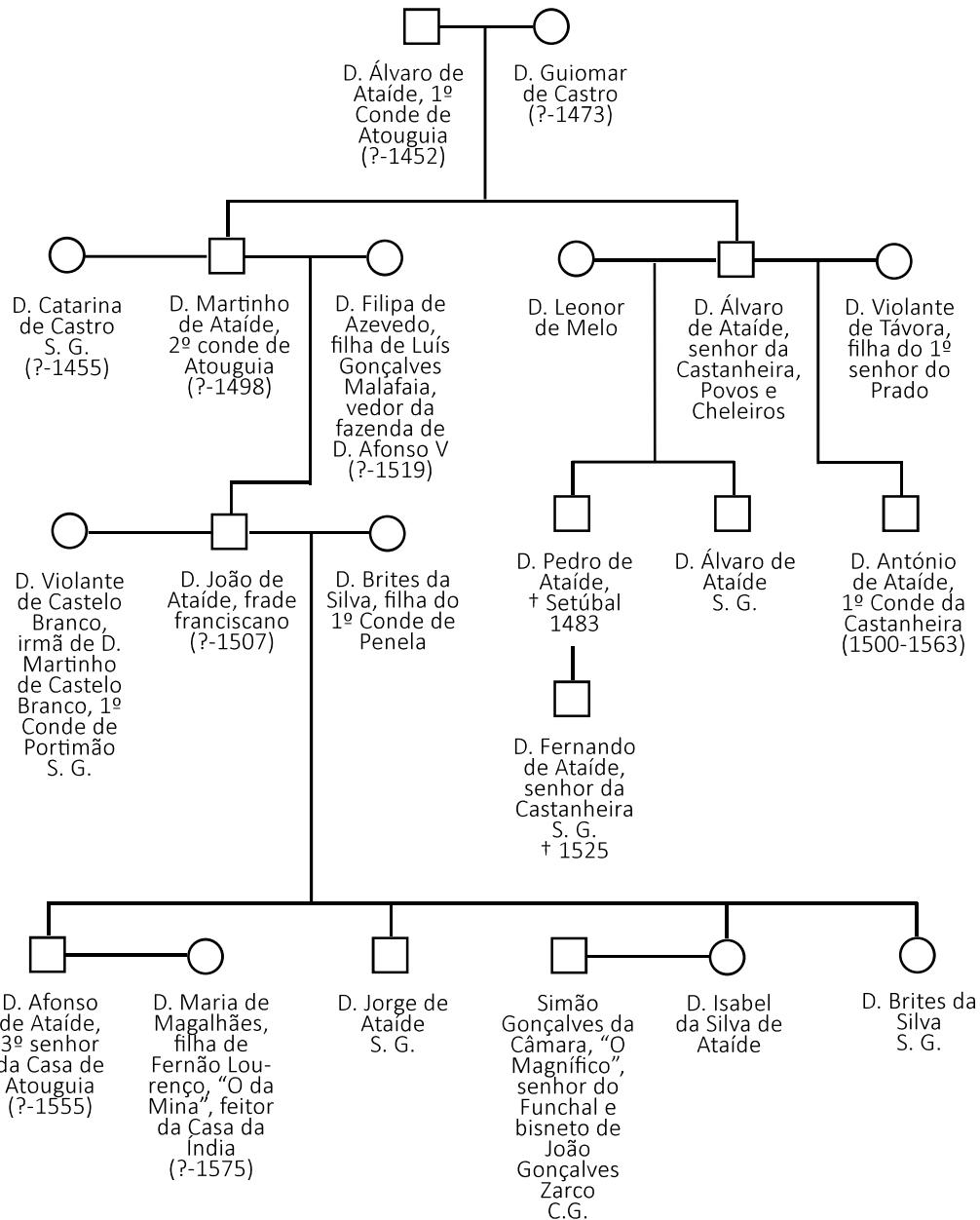




Genealogia 2: Descendência de D. Álvaro de Ataíde, 1º conde de Atouguia (Século XV)



Genealogia 3: Descendência de D. Álvaro de Ataíde e D. Martinho de Ataíde, 1º e 2º condes de Atouguia - Divisão das Casas de Atouguia e Castanheira (Séculos XV-XVI)





Fontes manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Chancelarias Régias

Chancelaria de D. João I (Doações, Ofícios e Mercês): Livros 2 e 4.

Chancelaria de D. Afonso V (Doações, Ofícios e Mercês): Livros 1, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35 e 38.

Chancelaria de D. João II (Doações, Ofícios e Mercês): Livros 7, 14, 17, 18 e 19.

Chancelaria de D. Manuel I (Doações, Ofícios e Mercês): Livros 27 e 30.

Estremadura: Livros 2, 7 e 8.

Odiana: Livro 3.

Além-Douro: Livros 1 e 3.

Místicos: Livro 3.

Casa de Povolide

Maço 21, doc. 5.

Colecção de São Vicente

Livro 12

Cartas dos Governadores de África

Doc. 371

Corpo Cronológico

Parte 1: Maço 1.

Manuscritos da Livraria

Nº 1115

Biblioteca Nacional de Portugal

Códice 7638

Biblioteca Pública de Évora

Códice CIII/2-20

Fontes Impressas

Fontes narrativas

BELÉM, Frei Jerónimo, *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves*, Lisboa, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1753.

GÓIS, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João*, edição e comentada de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, UNL, 1977.

LANDIM, Gaspar Dias, *O Infante D. Pedro. Chronica Inedita*, vol. I, edição de Luciano Cordeiro, Lisboa, Bibliotheca de Clássicos Portugueses, 1892.

LEÃO, Duarte Nunes, *Cronicas e vidas dos reys de Portugal, D. Duarte, undecimo, e D. Affonso V, duodecimo*, Lisboa, Officina de Joze de Aquino Bulhões, 1780.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio, vol. I, Barcelos, Livraria Civilização, 1990.

PINA, Rui de, *Chronica de D. Afonso V*, edição de G. Pereira, Lisboa, Escriptorio, 1901-1902.

PINA, Rui de, *Crónica do rei D. Duarte*, edição de António Borges Coelho, Lisboa, Editorial Presença, 1966.

PINA, Rui de, *Crónica de D. João II*, comentário de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, edição fac-similada com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, INCM, 1973

SOLEDADE, Fernando da, *História Seráfica Cronológica da Ordem de São Francisco*, Parte IV, livro I, cap. XVII, Lisboa, Officina António Pedrozo Gabram, 1736.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da tomada de Ceuta*, introdução e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992.

ZURARA, Gomes Eanes, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, introdução, actualização de texto e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d.

Colectâneas documentais

Chancelarias Portuguesas: D. João I, Lisboa,

Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, Universidade de Lisboa, 1998.

Monumenta Henricina, 14 volumes, Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960-1973.

Bibliografia

A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, CHAM/IICT, 2004.

A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimónia, 2000.

AUBIN, Jean, «La noblesse titrée sous D. João III. Inflation ou fermeture?», in *Le latin et l'astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996, 371-383.

BAÇAL, Abade de, *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, tomo VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto dos Museus, 2000.

BRAUN, Rudolph, "Staying on Top: Socio-Cultural reproduction of European Power Elites" in *Power Elites and State Building*, edição de Wolfgang Reinhard, s.d., Clarendon Press, 1996, pp. 235-259.

CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Évora, Colibri/Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2004.

CARVALHO, Maria Paula Coelho de, *A acção ultramarina de D. António de Ataíde, 1º Conde da Castanheira*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I o que*

Uma linhagem, duas Casas: em torno dos Ataídes e das origens das Casas da Atouguia e da Castanheira (séculos XV-XVI)

re-colheu Boa Memória, s.d., Círculo de Leitores, 2005.

CORREIA, Margarida Sérvulo, *As Viagens do Infante D. Pedro*, Lisboa, Gradiva, 2000.

COSTA, João Paulo Oliveira, *Henrique, o Infante*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade*, Fundação Eugénio de Almeida, Porto, 2000.

CRUZ, Abel dos Santos, *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1460)*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares da, "A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade", *Revista Portuguesa de História*, vol. XXXI-2, 1996, p. 219-252.

CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "Jerarquía nobiliaria y corte en Portugal (Siglo XV-1832)" in *Poder y Movilidad Social. Cortesanos, Religiosos y Oligarquías en la Península Ibérica (Siglos XV-XIX)*, edição de F. Chacón Jiménez e Nuno Gonçalo Monteiro, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Universidade de Murcia, 2006, pp. 181-212.

CUNHA, Mafalda Soares da, «Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Católica», in *Las Redes del Imperio. Elites Sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*, org. Bartolomé Yun Casalilla. Madrid: Marcial Pons Historia/Universidad Pablo de Olavide, 2009, pp. 205-232.



- DÁVILA, Maria Barreto de, *D. Fernando I, 2º duque de Bragança: vida e acção política*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.
- Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa, SHIP, 2000.
- DORNELLAS, Affonso de, *História e Genealogia*, vol. I, Lisboa, Livraria Ferin, 1914.
- DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte requiem por um rei triste*, s.d., Círculo de Leitores, 2005.
- FARIA, António Machado de, *Armorial Lusitano*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 3 volumes, Lisboa, INCM, 1973.
- GALVÃO-TELLES, João Bernardo, SEIXAS, Miguel Metelo de, "Em redor das armas dos Ataídes: problemática da "família heráldica" das bandas", separata Armas e Troféus, IX série, Janeiro-Dezembro de 2008, pp. 53-95.
- GASPAR, João Gonçalves, *A Princesa Santa Joana e a sua Época (1452-1490)*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1981.
- GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal*, 12 volumes, Braga, edição de Carvalhos de Basto, 1992.
- GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, s.l., Difel, 1995, p. 92-93.
- GOMES, Rita Costa, "A curialização da nobreza" in *O Tempo de Vasco da Gama*, direcção de Diogo Ramada Curto, Lisboa, CNCDP/Difel, 1998, pp. 179-189.
- GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*, s.d., Círculo de Leitores, 2005.
- GOMES, Saul António, *D. Afonso V O Africano*, s.d., Círculo de Leitores, 2006.
- GUERREIRO, Ana Manuel, "Os condes da Feira na encruzilhada da expansão" in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, CHAM/IICT, 2004, pp. 191-198.
- Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atoouguia em 1759*, edição de Luiz de Bivar Guerra, Lisboa, Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954.
- JASMINS, Miguel Rodrigues, OLIVEIRA, Luís Filipe, "Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na segunda dinastia", s.d., separata da Revista Económica e Social, 1988.
- KAMEN, Henry, *Early Modern European Society*, Nova Iorque, Routledge, 2000.
- LEAL, Augusto, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. V, Braga, Barbosa & Xavier, 2006.
- LLAVE, Ricardo Cordoba de la, PITA, Isabel Beceira, *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana. Siglos XII-XV*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.
- LOPES, Sebastiana Pereira, *O Infante D. Fernando e a nobreza fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 1997.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, "A Sociedade" in *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, vol. III, direcção de José Mattoso e coordenação de Joaquim Romero de Magalhães, s.d., Círculo de Leitores, 1993, pp. 469-509.
- MEDEIROS, Maria Dulcina Vieira Coelho de, *O Infante D. João (1400-1442). Subsídios para uma biografia*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006.
- MORAES, Cristóvão Alão, *Pedatura Lusitana*, 6 volumes, Braga, Edições Carvalho de Basto, 1997-1998.
- MORENO, Humberto Baquero, "A conspiração

- contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança" in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, FCG, 1970, pp. 47-103.
- MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1979-1980.
- MORENO, Humberto Baquero, "La noblesse portugaise pendant le règne d'Alphonse V", *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, Lisboa/Paris, FCG, 1989, pp. 399-415.
- MORENO, Humberto Baquero, *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra – Itinerários e Ensaios Históricos*, Porto, Universidade Portucalense, 1997.
- MOURA, Carlos Manuel da Silva, *A Casa senhorial dos Condes e Marqueses de Vila Real (Séculos XV-XVI)*, dissertação de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016.
- NASSIET, Michel, *Parenté, Noblesse et États Dynastiques. XV-XVI siècles*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2000.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinhos. Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimónia, 1999.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, "O Arquivo dos condes de Marialva num inventário do século XVI", in *Elites e Redes Clientelares: problemas metodológicos*, edição de F. Themudo Barata, Évora, 2001, pp. 221-261.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, *Outro venturoso de finais do século XV: Francisco Coutinho, Conde de Marialva e Loulé*, separata a Alta Nobreza e Fundação do Estado da Índia, Lisboa, CHAM, 2004.
- PELÚCIA, Alexandra, "A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista" in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, CHAM/IICT, 2004, pp. 279-300.
- PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: trajectórias de uma élite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, CHAM, 2009.
- PEREIRA, Mário Baptista, *Atouguia da Baleia. Seus Forais, seus termos – lembrando o passado*, Atouguia, Junta de Freguesia, 2006.
- PEREIRA, João Cordeiro, "A Estrutura Social e o seu Devir" in *Nova História de Portugal – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação de João Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-336.
- PERES, Damião, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, "Os de Ataíde. De Santa Cruz do Tâmega à Corte Régia (Séculos XII a XV)", separata Armas e Troféus, IX série, Janeiro-Dezembro de 2008, pp. 31-51.
- PONTES, Luís Filipe Matança da Costa Monteiro, *Do mundo da corte ao mundo da memória: subsídios para o estudo da mentalidade cavaleiresca da nobreza portuguesa, 1400-1521*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008.
- REINHARD, Wolfgang, "Power Elites, State Servants, Ruling Classes, and the Growth of State Power" in *Power Elites and State Building*, edição de Wolfgang Reinhard, s.d., Clarendon Press, 1996, pp. 1-18.
- ROGERS, Francis M., *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, Cambridge, Harvard University Press, 1961.
- ROSA, Maria de Lurdes, "Entre a corte e o ermo: reformismo e radicalismo religiosos (fins do século XIV-século XV)" in *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira de Azevedo, vol. I, coordenação de Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, s.l., Círculo de Leitores, 2000, pp. 492-505.
- RUSSELL, Peter, *Henrique, O Navegador*,

- Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- SEMIÃO, Maria Rosalina Bento, *D. Vasco Coutinho, conde de Borba e capitão de Arzila*, dissertação de mestrado policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Reinado de D. António, Prior do Crato*, 2 vols., Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1956.
- SILVA, Manuel Ferreira da, *Os Conventos também se convertem*, Lisboa, Edições Asa, 1995.
- SOUSA, D. António Caetano, *História Genealógica da Casa Real Portugueza*, tomo IX, Lisboa, Régia Oficina Sylviana, 1742.
- SOUSA, João Silva de, *D. Duarte – Infante e Rei – e as Casas Senhoriais*, Lisboa, SHIP, 1991.
- TÁVORA, D. Luiz Lencastre e, *Dicionário das famílias portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1989.
- TEIXEIRA, André, “Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedo, capitão de Safim” in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimónia, 2000, pp. 159-207.
- VALÉRIO, António João Feio, *Subsídios para o estudo dos Lobos da Silveira, senhores de Alvito (1383-1488)*, Alvito, Câmara Municipal, 1992.
- VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, *Nobreza e Ordens Militares. Relações sociais e de poder (Séculos XIV-XVI)*, dissertação de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.
- VILA-SANTA, Nuno, *D. Afonso de Noronha, vice-rei da Índia: Perspectivas Políticas do Reino e do Império em meados de Quinhentos*, Lisboa, CHAM, 2011.
- VILA-SANTA, Nuno, *Entre o Reino e o Império: a carreira político-militar de D. Luís de Ataíde 1516-1581*, Lisboa, ICS/Câmara Municipal de Peniche, 2015.
- VITERBO, Sousa, “A avó materna de Afonso de Albuquerque (os penhoristas do século XV)” in *Archivo Historico Portuguez*, vol. 1, nº 12, Dezembro de 1903, pp. 413-421.
- ZÚQUETE, Afonso, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Encyclopédia, 1960.

